



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 402- DE 28 DE NOVEMBRO A 02 DE DEZEMBRO DE 2010 - R\$ 3,00



RIO:

NÃO ao massacre nas favelas!



**Governo nas
mãos do PMDB**



Dilma pede a bênção ao papa



**Reitor-interventor da USP ameaça eliminar estudantes
com base no regimento disciplinar da ditadura militar**

Governo nas mãos do PMDB

O caudilho Lula foi o fator decisivo para a vitória de Dilma Rousseff. A situação favorável da economia, por sua vez, permitiu a projeção política do presidente-caudilho sobre as massas. Mas também não há dúvida de que o PMDB jogou um papel fundamental para o funcionamento do governo lulista e, finalmente, para a garantia da sucessão planejada pelo caudilho. A tese do ex-esquerdista José Dirceu de que o PT somente poderia chegar ao poder constituindo uma ampla aliança que incluísse o PMDB não só se confirmou para a formação do governo de Lula como também para a sua sucessão.

A coligação tem seu custo. No segundo mandato de Lula, o preço pago foi maior. Cresceu o poder do PMDB no governo, detendo vários ministérios. O caudilho, no entanto, se mostrou capaz de manejar a coligação, apoiando-se nas tendências econômicas favoráveis, na alta lucratividade da classe capitalista, no controle da classe operária pelas burocracias sindicais e nas mais elementares necessidades dos miseráveis, doando-lhes o Bolsa Família.

Nas eleições que deram vitória a Dilma, o PT obteve um número maior de parlamentares que o PMDB. Tornou-se a maior bancada da Câmara Federal e avançou no Senado que permaneceu sob a hegemonia do PMDB. A oposição sofreu duro golpe. Mesmo somados, PSDB e DEM não têm como travar o Congresso Nacional. A base governista constituiu uma esmagadora maioria. Não obstante, o governo de Dilma terá uma dependência ainda maior do PMDB que o de Lula.

Nem bem terminaram as eleições, o peemedebista Sandro Mabel anunciou um “bloco” com PP, PR, PTB e PSC, que teria 202 deputados. Bastariam mais 55 para completar a maioria absoluta dos 513 parlamentares que compõem a Câmara Federal. Não seria difícil contar com o apoio da oposição no caso de pressão sobre o governo de Dilma. O PT detém 87 deputados. Ainda que montasse um bloco com o PDT, PSB e PCdoB, que são mais afins com a política lulista, o PT/Dilma reuniria 166 representantes.

O ensaio do PMDB de estabelecer uma linha de força no Congresso, certamente, serviu para demonstrar à nova presidenta que é hora de começar a pagar a conta, dando ao partido da oligarquia mais poderes do que o obtido na gestão anterior. Segundo a imprensa, Lula interveio junto aos partidos do “bloco” para que não servissem de massa de manobra do PMDB. Os cargos ministeriais e os milhares de postos na máquina do Estado serão distribuídos por Dilma, segundo a confiança de que os partidos contemplados façam parte da base governista. Os caciques do PP e PR fizeram um recuo. Mas esse primeiro passo foi muito bem medido por todos, não somente pelo PMDB. Serviu como sinal de que o PT não poderá dar uma de maioral.

No primeiro governo de Lula, os petistas levantaram a crista. Bastou o mensalão para cortá-la. Já no segundo mandato, o PT foi quase que alijado do governo e o PMDB ocupou as dependências dos petistas. A vitória de Dilma permitiu que a cúpula do PT identificada com Lula retomasse posição. Mas ao primeiro sinal de que o governo seria do PT/Dilma, ao qual



caberia distribuir os cargos, segundo seus cálculos políticos, para os aliados, provocou tempestade no PMDB. O “bloco” indicou que ninguém está para brincadeira. Michel Temer não servirá de “carro alegórico” do governo, em suas próprias palavras.

As disputas pela maior fatia do poder não são novidades. Mas a forma impetuosa como vem se dando o pós-eleições reflete as tendências da crise política, que será distinta da vivida por Lula. As disputas interburguesas no campo dos aliados e com a oposição do PSDB/DEM – mesmo que parlamentarmente enfraquecida – serão motivadas pelo desenvolvimento da crise econômica.

A queda nas exportações e o aumento das importações viriam causando atritos de setores da burguesia com o governo. Se não havia como equilibrar o câmbio desfavorável ao Brasil, então haveria de tomar medidas de proteção e apoio aos exportadores. Com a recente decisão dos Estados Unidos fazer a derrama de dólares, o problema se agravou. Sob esse pretexto e outros (pesada carga tributária, encargos trabalhistas, déficit da Previdência etc), aumenta a pressão sobre o governo para retomar a reforma fiscal, previdenciária e trabalhista.

Os capitalistas têm obtido extraordinária lucratividade, mas se vislumbra no horizonte a impossibilidade de sustentá-la. O imperialismo pleiteia que o Brasil dê sua cota para proteger o capital financeiro internacional e as multinacionais. Os organismos do imperialismo trabalham por maior abertura do mercado interno, enquanto setores do capital nacional reclamam contra o processo de “desindustrialização”. Trava-se, ora à luz, ora na sombra, uma batalha em torno da condução orçamentária, da dívida interna estatal, das taxas de juros, do assistencialismo e dos direitos sociais.

Os sinais de que Dilma está propensa a acatar as pressões do imperialismo e de frações do capital interno de atacar a vida das massas para salvaguardar a taxa de lucratividade e de acumulação de capital podem se efetivar. A política econômica terá de sofrer alterações sob impacto da crise mundial e de suas consequências internas. Não por acaso, evidenciou-se que não mais será possível continuar aumentando o salário mínimo acima da inflação. Lula já havia mudado o critério inicial, prevendo o descenso econômico. A promessa de Dil-

ma aos capitalistas de desonerar a folha de pagamento se contrapõe aos interesses dos assalariados. Uma das fórmulas está pronta: reduzir a contribuição previdenciária sobre a folha dos salários de 20% para 14% paga pela patronal. Na outra ponta, anunciou-se a intenção de se reaver o imposto do cheque (CPMF).

O governo Lula entregará a Dilma sua herança maldita, como se referiu aos oito anos de governo de FHC. Ou seja, uma pesada dívida interna que consome em juros cerca de 5% do PIB, déficit em conta corrente, superávit primário maquiado, exportação de produtos manufaturados em queda e alta do custo de vida. Eis por que a composição política com o PMDB será testada já de início. Pode-se prever uma brutal disputa em torno da política econômica.

A CUT e Força Sindical, principais Centrais e pontos de apoio do governo de Lula, se verão na contingência de colaborar com os ataques do governo aos trabalhadores, sem contudo terem como justificar a conduta anti-operária e antipopular do novo governo. A burocracia sindical é parte da composição governamental. Ganhou espaço na máquina do Estado, ainda

que apenas com a função parasitária.

As contradições entre a classe capitalista e classe operária e entre os camponeses pobres e os burgueses latifundiários não vão permanecer refluídas. As medidas governamentais se encarregarão de animá-las. É provável que se modifique a relação do governo com as massas oprimidas, construída sob a direção do caudilho Lula de forma a promover a exploração do trabalho em clima de colaboração de classes e de passividade dos oprimidos.

O governo continuista da aliança com o PMDB atuará sobre a presidência da República no sentido de aprovar medidas antipopulares, de limitar a margem de manobra da burocracia sindical no âmbito do Estado e de criminalizar o movimento de massa. O PT concluiu sua construção como partido da ordem capitalista. Não recorrerá às massas para contrabalançar a atuação reacionária do PMDB no governo de Dilma. A burocracia petista poderá ameaçar com mobilizações limitadas, mas não irá além de protestos. A função da política sindical corporativa é a de canalizar a revolta dos explorados para falsas soluções parlamentares.

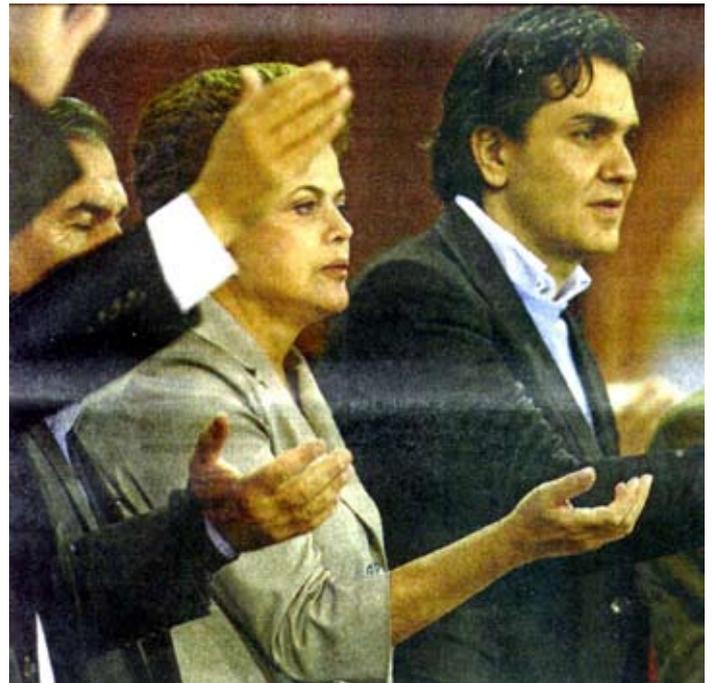
Dilma pede benção ao papa

Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, embarcou para Roma, levando uma carta da presidente ao papa. Nem bem se passaram dezoito dias do segundo turno das eleições para que Dilma se dirigisse ao chefe da Igreja católica pedindo-lhe a aprovação “espiritual”. O jornal O Estado de São Paulo noticiou: “Em tom bastante cordial, Dilma enviou uma carta na qual pede sua bênção para o novo governo e assegura que deseja manter amplo diálogo com o Vaticano”. O emissário, Gilberto Carvalho, homem de estreita confiança de Lula, fez a seguinte declaração: “A intenção dela é fazer uma saudação ao papa e garantir que as relações do próximo governo com a Igreja continuarão as melhores possíveis.” (O Estado, 19/11)

Pode-se perguntar se há algo de estranho nesse gesto. Certamente, não. Faz parte da diplomacia dos governos burgueses se ajoelharem perante o Santíssimo. Essa é a regra, não a exceção. Mas há aqueles que não precisam reverenciar o papa curvando os joelhos. Não é do tom dos governos imperialistas ir ao papa com as rótulas ao chão. O que Dilma fez foi reproduzir o servilismo dos governos semicoloniais que sempre têm algum amo a reverenciar de pernas dobradas, cabisbaixos e olhos inclinados para a soleira.

A carta de Dilma tem um particular traço de subserviência. Três dias antes da votação do segundo turno, o Magnífico emitiu a posição da Igreja de não votar em Dilma. A interferência do Estado do Vaticano na disputas interburguesas representou uma provocação. A Igreja no Brasil pendeu para o candidato do PSDB em defesa da criminalização do aborto e da condenação do projeto que instituiu o direito de casamento aos homossexuais.

O bispo da Regional Sul 1 da CNBB, de Guarulhos, d. Luiz Gonzaga Bergonzini, lançou uma feroz campanha contra Dilma. A divisão na Igreja brasileira foi parar no Vaticano que emitiu o veredicto de que os católicos deveriam se manifestar terminantemente contra o aborto. Dilma já havia capitulado



e selado um compromisso com as igrejas de que era contra o aborto quando o Santíssimo fez seu pronunciamento eleitoral, certamente sem citar os candidatos.

A oposição se serviu da campanha anti-aborto de católicos e evangélicos para evitar que Dilma vencesse no primeiro turno. Ressaltou o fato das igrejas terem importante influência sobre as massas empobrecidas e atrasadas política e culturalmente. Constituem um poderoso aparato fincado e espalhado nos bairros pobres, favelas, cortiços etc.

O vínculo das igrejas com o Estado é fundamental para a sua existência e para o seu fortalecimento. Recebem rios de dinheiro para o assistencialismo, que lhes possibilitam sustentar uma rede de instituições; contam com o apoio dos governos

para promover o ensino religioso, que lhes garantem o controle de um complexo escolar; recebem concessões para os meios de comunicação, que lhes facultam o proselitismo em grande escala.

A enorme bancada parlamentar de evangélicos reflete a ampla atuação político-partidária das igrejas. Milhões acatam o chamado dos padres, bispos, pastores e mentores que votem de acordo com algum mandamento ou razão religiosa. Não há candidato burguês que não recorra aos caciques das igrejas para obter seu apoio. Em troca, estabelecem-se compromissos financeiros e institucionais. Selados os acordos políticos, o aparato da religião é movimentado com o embuste ideológico a convencer os oprimidos a votarem nos nomes indicados.

Dilma foi acoçada pela campanha das igrejas a se pronunciar contra o aborto. Tanto a candidata da situação quanto o da oposição tem consciência da gravidade da questão para a vida de milhares de mulheres que recorrem ao aborto clandestino. Mas, para não contrariar a ira da burocracia religiosa e os seus interesses materiais, os candidatos se sujeitaram. Serra se valeu de seu catolicismo histórico para acusar Dilma de mudar de posição sobre o aborto por razões eleitorais. Ocorre que a candidata petista não tinha por que se apegar à coerência ideológica. Na política burguesa vale tudo. O argumento de Serra era igualmente eleitoreiro. Ou seja, os candidatos se atracaram em torno do objetivo de arrastar as massas despolitizadas e manipuladas pelas forças em disputa, entre elas as igrejas.

A reclamação dos petistas de que o tema do aborto foi artificialmente introduzido na campanha eleitoral por setores religiosos e de que Serra estaria se contrapondo ao caráter laico do Estado serviu de máscara à capitulação de Dilma. Formalmente o Estado é laico. As igrejas detêm poderes em seu interior. As instituições religiosas exercem seu domínio sobre ampla camada da população explorada não simplesmente por suas pregações, mas também por deterem capacidade material (riquezas, bens, negócios, rede assistencial).

A base material das pregações é constituída por meio dos mecanismos capitalistas de exploração. O Estado burguês lhe é, assim, fundamental. A orientação dos governos frente às exigências das igrejas forma parte das disputas interburguesas em torno do poder. Decide-se pela política o maior ou menor acesso das igrejas às decisões do Estado. Eis por que nas eleições a burocracia das igrejas se lança de corpo e alma em defesa de um programa religioso (estabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas, combate ao materialismo filosófico, fortalecimento dos dogmas, isenções para as suas propriedades, verbas públicas para o assistencialismo, criminalização do aborto, condenação do homossexualismo etc).

Certamente, há uma disputa ferrenha entre as igrejas, principalmente entre a católica e a evangélica. Cada uma por si exerce pressão para aumentar influência política sobre os governos e obter vantagens do Estado. As eleições de outubro mostraram o gigantesco crescimento da inserção das igrejas na política eleitoral. Trata-se de um alarmante fenômeno que expressa a decomposição histórica da política burguesa.

A igreja católica teve uma significativa influência para levar

o PT/Lula ao poder do Estado, acompanhando o descontentamento das massas com o governo de FHC. Mas as outras igrejas também não ficaram muito atrás. O governo petista procurou auxiliar a todas elas. O papa e seus bispos brasileiros não admitem ameaças à plena hegemonia frente ao Estado. Lula foi perdendo apoio da burocracia católica, ainda que cedesse em pontos fundamentais, como o de não avançar a descriminalização do aborto, não permitir a pesquisa com célula-tronco, facultar o ensino religioso na escola pública etc. Para amenizar o descontentamento da Igreja, Lula assinou um acordo de estado com o Vaticano, em um gesto de reconhecimento da hegemonia do catolicismo.

É nesse contexto que a CNBB pendeu para Serra, fazendo do aborto um cavalo de batalha. Dilma foi vilipendiada pelo bispo de Guarulhos. Ao invés de contra-atacar o movimento reacionário, submeteu-se ao mais baixo ponto da humilhação política e moral. Eleita, correu a pedir a bênção do Santíssimo, sabendo que muito precisará dos serviços da Igreja para manter as massas na passividade e na condição de escravas mentais.

O que o papa quer de Dilma

O secretário da Santa Sé para Relações com os Estados, Dominique Mamberti, recebeu Gilberto Carvalho com a carta de Dilma e pleiteou que o novo governo leve adiante o acordo de relações bilaterais assinado por Lula. Em 2007, o Vaticano propôs ao governo brasileiro uma série de exigências de proteção dos interesses da igreja católica, entre elas o ensino religioso na escola pública. No início de 2010, Lula sancionou o Acordo Brasil-Santa Sé que estabelece a admissão pelo Estado brasileiro do Estatuto Jurídico da Igreja Católica. Trata-se não só do reconhecimento formal da Igreja na condição de Estado como da materialização de suas orientações.

A questão causou divisões políticas. O acordo confere primazia da Igreja católica sobre as demais. Os evangélicos com seus 23% de fiéis no seio da população e com um império econômico considerável, que vem se agigantando, armaram a resistência. Uma ação contrária ao acordo foi impetrada no Supremo Tribunal Federal. E ali permanece. Assim, o Acordo Brasil-Santa Sé empacou. Para sair da enlacrada jurídica, será preciso uma vigorosa determinação política da presidente.

Dominique Mamberti expressou a Gilberto Carvalho o desejo do papa que Dilma fosse rapidinho “visitá-lo”, o que seria uma deferência. Mas esse gesto, além da Carta, seria o máximo do servilismo. Negocia-se uma agenda. Gilberto Carvalho procurou minimizar a atitude de Dilma frente ao Vaticano. Mas acabou fazendo o contrário. Explicou: “Minha principal mensagem e objetivo foi tranquilizar o Vaticano em relação o que será o governo de Dilma”.

Por que o papa deveria ser tranquilizado? Poderia haver alguma ruptura devido a Igreja ter trabalhado pela vitória de Serra? Dilma poderia tirar a máscara eleitoral da condenação do aborto? O emissário brasileiro compareceu como um cordeiro de Deus para dizer que Dilma foi sincera, que não guarda mágoa e que reconhece a hegemonia da Igreja católica. Porém, faz a ressalva que o Estado é laico. Não há por que, porém, não se curvar diante do fato histórico do Vaticano constituir o pilar espiritual mais portentoso do imperialismo.

Oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma

A maior farsa das eleições se encontra no fato de ocultar o caráter de classe da disputa, dos partidos e dos “programas”. O pano denso que esconde o conteúdo burguês desse fenômeno político é o da democracia. Ou seja, o do direito constitucional de todos – pobres e ricos, famintos e fartos, operários e burgueses, camponeses e latifundiários – de elegerem o presidente da República, governadores, prefeitos e parlamentares de quatro em quatro anos. As divisões de classe e a estrutura econômica do país não existem na política eleitoral. O presidente eleito é como se fosse de todos. A democracia formal surge como um mágico que faz aparecer um governo de todos os brasileiros, sem distinção de classe, de raça etc.

Dilma foi eleita com o voto de 55,7 milhões de um universo de 135,8 milhões de pessoas aptas a votar. 43,7 milhões seguiram Serra. 36,4 milhões se abstiveram, anularam o voto ou votaram em branco. Portanto, Dilma ganhou com apenas 41% do quórum de 135,8 milhões de brasileiros. No entanto, é próprio da democracia formal que um governo eleito pela minoria assumira o poder do Estado em nome de todos. Em seu discurso da vitória, convocou Serra e toda a oposição a apagar os excessos da disputa e a colaborar para que haja uma harmoniosa governabilidade. Estender a mão ao renhido adversário que a acusou de agente da corrupção configura uma atitude que justifica a bandeira de que, passadas as eleições, o que se tem é um governo de todos.

A maioria dos votos de Dilma veio dos mais pobres e miseráveis. Mas Serra também arrastou milhões de oprimidos. Outros milhões desconhecera o pleito não indo votar, anulando, ou votando em branco. Uma importante camada da classe média esteve todo o tempo contra Dilma. No entanto, esses números somente tiveram importância no momento do voto. Uma vez eleita a presidente, o novo governo terá de responder à burguesia como classe e a mais ninguém.

O PSDB, DEM e PPS serristas rechaçaram o apelo de Dilma de concórdia com o argumento que os milhões de votos foram de oposição. Como derrotados, têm a tarefa de fiscalizar os atos governamentais, apresentar alternativas e criticar sua política. Era o que se poderia esperar dos eleitoralmente derrotados. A

Mais um camponês assassinado

Os latifundiários não dão trégua. Os assassinatos de trabalhadores rurais passaram a ser rotina para os exploradores da terra. No dia 12 de novembro, foi a vez do camponês Jorge Aleixo da Cunha.

Os métodos da burguesia fundiária são sempre os mesmos: contratam jagunços, agora com motos, para se acercar das lideranças, eliminando-as com tiros certeiros.

Jorge Aleixo vivia no acampamento da Fazenda Poço, na Paraíba. Os camponeses estavam acampados desde 2005. E a fazenda, que compunha um dos seis latifúndios do pernambucano Agrimar Leite, tinha sido repassada para outro explorador (Ademar Farias) como pagamento de dívidas. A negociação entre latifundiários pressupunha

abstração do caráter de classe permanece. A realidade é que as massas foram arrastadas a decidirem – com o voto individual – qual dos candidatos chegaria à presidência para constituir o novo governo burguês.

Os estalinistas, nas suas mais variadas versões, acabaram confluindo no voto a Dilma. O PCdoB já era parte do governo Lula. O PCB lançou candidatura no primeiro turno para inglês ver. E o PCML (linha castrista) fez o apoio crítico a Dilma desde o primeiro turno. O argumento que os une é o mesmo: evitar a volta da direita à presidência. Assim, atribuem traços progressistas ao governo de Dilma. O que os separa é se se deve estar no governo ou na oposição, evidentemente em nome da política marxista-leninista. Esmeram-se também em não definir o caráter de classe do governo de Lula e de sua sucessora, bem como não têm uma crítica de conjunto da política concreta desenvolvida pelo governo de coalizão com o PMDB.

A noção de direita e esquerda para qualificar as forças governamentais da burguesia se tornou completamente flexível e arbitrária. Chamar o voto em Dilma contra a volta da velha oligarquia é um disparate do PCML, do jornal Inverta. O que significa a coligação partidária de Dilma, cuja coluna vertebral é o PMDB? Dilma não conformará um governo de todos, mas unicamente da classe capitalista. Poderá se mascarar, como fez Lula, de uma política de defesa de soluções pacíficas da crise, de desarmamento, de igualdade entre as nações, de unidade latino-americana, de multilateralismo, de paz social negociada com os movimentos, de promessas de erradicação da miséria etc, enquanto que trabalha para o progresso dos negócios do grande capital.

O que está colocado é pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. O governo atacará inevitavelmente a vida das massas. Os desdobramentos da crise mundial assim o exigirão, bem como as necessidades do capital interno. O programa de reivindicações transitórias constitui a base da oposição revolucionária. E a tática é a da ação coletiva das massas que parte de suas reivindicações elementares. A tarefa de construir o partido revolucionário deve ser impulsionada na luta contra o novo governo burguês.

a desocupação das famílias acampadas. Assim que tomou posse da terra, o criminoso latifundiário entrou na Justiça para o despejo. As famílias resistiram. Mas as ameaças se tornaram violentas e constantes. A vida de Jorge Aleixo foi ceifada, como alerta para que as demais famílias abandonem a Fazenda.

Certamente, o latifundiário ficará impune de mais esse crime contra o movimento sem-terra. O governo e a Justiça contribuirão para que o assassinato seja mais um caso isolado de disputa pela terra. Tomam os crimes da burguesia agrária como natural e, por isso, não é punida. A naturalidade vem da defesa da propriedade privada da terra. Quem ocupa está violando o direito da propriedade privada, fonte de toda a ex-

ploração e opressão.

Os trabalhadores devem combater, com seus métodos, os crimes da burguesia. A luta pela terra implica a constituição

dos comitês de autodefesa e a aliança operária e camponesa. Sem seus instrumentos coletivos, não será possível defender a vida dos lutadores pela terra.

Seis anos na impunidade

Dia 20 de novembro completou seis anos da chacina de Felisburgo, Vale do Jequitinhonha (MG). O assassino é o latifundiário Adriano Chafik, que contou com 16 jagunços para invadir o acampamento Terra Prometida, na Fazenda Nova Alegria, com 230 famílias.

O criminoso continua atacando os trabalhadores sem-terra, sem sofrer nenhuma penalidade pela morte de 5 camponeses e dezenas de feridos. Depois do massacre, a Justiça suspendeu a desapropriação da fazenda, a mando do assassino. Os trabalhadores permanecem no acampamento.

A imunidade dos crimes dos latifundiários contra os camponeses testemunha o poder do Estado e da Justiça em proteger a classe capitalista.

As chacinas de Felisburgo, de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara retratam a violência reacionária dos latifundiários. Indicam o caminho da luta pela terra, que só pode ser o da revolução proletária. A unidade operária e camponesa, por meio do programa de expropriação da burguesia dos meios de produção, é a solução para o atendimento das reivindicações vitais dos camponeses sem-terra.

Lula não cumpriu a promessa com o MST

O Movimento Sem-Terra (MST) não mediu esforços para facilitar a chegada de Lula/PT no poder do Estado. Havia um compromisso de que a reforma agrária por meio de assentamentos de famílias acampadas daria um salto. Agora, entregue-se o poder para a petista Dilma, com 90 mil famílias vivendo debaixo de lonas. Mesmo assim, o governo diz que foram positivos os assentamentos. Se se tomar os números brutos, pode parecer que houve avanço. Em 2003, eram 230 mil famílias e, em 2010, são 90 mil (dados oficiais, o que pode ser muito mais). Se se levar em conta o local dos assentamentos, mais grave se tornou o problema. Isso por que os assentados do governo Lula se concentram na região Amazônica e a maioria dos acampamentos se encontra nas regiões Sul e Nordeste. Assentar no Sul do país implica enfrentar o agronegócio.

Assentar na região Norte é mais fácil para o governo, em função da grande quantidade terras públicas. Mesmo assim, quem ganhou com a Medida Provisória 458, que prevê a regularização de terras na Amazônia Legal, foram os grileiros e não o movimento dos acampados.

O fato é que milhares de camponeses continuaram esperando a promessa de “reforma agrária” do caudilho. Mesmo sendo ludibriados, foram arrastados por suas direções a apoiar eleitoralmente a candidata de Lula. Na realidade, o movimento dos sem-terra padece de independência política frente ao governo petista. Os vínculos criados pela burocracia dirigente do movimento impedem que os trabalhadores do campo avancem com seus próprios métodos para impor suas reivindicações. Não resta dúvida que os camponeses dão à vida pela conquista da terra. Mas se encontram submetidos à política reformista de suas direções, que conduzem o movimento pela via da legalidade burguesa. A legalidade pela vias do Estado só favorece os latifundiários e o agronegócio.

O fundamental está em compreender a estratégia do petismo para a questão da terra e a estratégia da classe operária para resolver uma tarefa histórica, que não poderá ser mais cumprida pela classe burguesa, que é a da revolução agrária.

Estatização da Philips e controle operário

A multinacional Philips, com sede em Pernambuco, decretou o fechamento da fábrica de produção de lâmpadas automotivas, no dia 10 de dezembro. Alegou que os custos de produção estão altos. Justificou que a empresa foi bastante atingida com a crise no setor automotivo. Em 2008, chegou a propor que o sindicato aceitasse a redução da jornada com redução salarial e o fim do banco de horas e contratos. Mas, segundo o sindicato, tudo voltou ao normal. Também anunciou um plano de utilização da sede em Pernambuco para a fabricação de lâmpadas de baixo consumo de energia. Mas, não saiu da promessa.

Agora, é definitivo. A Philips sairá de Pernambuco para se instalar na China. Onde o custo da produção é muito mais baixo do que no Nordeste brasileiro. As empresas se deslocam de país em país à procura de lucratividade maior. A China tem sido vista como a mina de ouro para as multinacionais. As crises econômicas contribuem para esses deslocamentos do capital produtivo, que se protegem fechando fábrica em determinados países ou regiões e se estabelecendo em outros.

O fechamento da Philips significará o desemprego para 500 operários. A conversa mole de que a empresa dará “benefícios” por meio de cursos de qualificação para o mercado de trabalho, pagamento dos direitos trabalhistas e alguns meses a mais de plano de saúde é coisa de burocracia sindical. Os pelegos fazem acordos com as multinacionais nos momentos de crise e estão sempre prontos para enganar os operários com as esmolas dos capitalistas.

Os trabalhadores demitidos devem exigir a estatização da fábrica e o controle dela por quem trabalha. Trocar as demissões pelas quinquilharias é sair de cabeça baixa depois de ser brutalmente explorado pela multinacional. Que a fábrica seja estatizada pelo governo, sem indenização, e que o controle esteja nas mãos dos operários. Essa é a única via para enfrentar os capitalistas estrangeiros que sugam a classe operária, ganham rios de dinheiro e zarpam quando encontram outros locais com maiores facilidades de ganhos.

Não ao massacre nas favelas do Rio de Janeiro

Já são 35 os mortos com a ocupação de favelas do Rio de Janeiro pela polícia militar. Mas os números reais ainda estão por se apurar. Igualmente se passa com os feridos a bala. A maioria dos mortos e feridos é de moradores. Nada tem a ver com o tráfico de drogas. São trabalhadores e jovens estudantes.

Para a polícia, secretário de Segurança e governo do Rio de Janeiro todos carregam uma parte de culpa. Habitam as favelas, logo estão em comunhão com as facções do narcotráfico. Lamentam e lamentam que moradores sejam baleados, arrancados de suas casas, impedidos de retornarem as suas moradias. No fim justificam a opressão sobre o conjunto da população pobre e miserável das favelas. As vidas perdidas são como um tributo inevitável a ser pago por uma causa nobre.

A invasão dos locais de moradias dos milhões de miseráveis do Rio de Janeiro com um aparato de guerra destina-se a caçar os traficantes que ali nasceram, ali viveram e vivem o drama da miséria e ali aprenderam com o crime. Centenas de jovens descaminham para os negócios da cocaína, do craque, da maconha etc. Movimentam um comércio de milhões de reais, alimentando a tara da elite carioca. Criam-se facções armadas. Um negócio milionário traz outro: o tráfico de armas. Assim, promove-se a prosperidade das drogas, das armas e de ramos conexos à criminalidade.

As facções quadrilheiras controlam mercados e disputam a hegemonia das áreas. Corrompem-se policiais, políticos, advogados, juízes etc. Formam-se os bandos de “justiceiros”. Os comerciantes os financiam. Contam em seus quadros policiais. Constituem-se bons negócios. Como não poderia deixar de ser, as massas pobres das favelas abrigam em seu interior essa movimentação comercial, tida pelo Estado com marginal à economia normal assentada na exploração do trabalho.

O narcotráfico surge das entranhas do capitalismo. Não há governo, policial, sociólogo, parlamentar, padre e pastor que não saiba que as massas

abrigam em seu seio apenas os pobres e os traficantes socialmente deformados – são seus filhos, primos, tios e genros que se embrenharam para esse ramo de negócio. E que também não saiba que o poder econômico-financeiro do narcotráfico não se abriga no seio dos favelados e sim no da própria burguesia.

Não se pode movimentar mais de 500 bilhões de dólares anuais no mundo sem que banqueiros e outros capitalistas estejam ganhando, lucrando e acumulando riquezas. De onde vêm as armas traficadas? Não é preciso muito conhecimento para saber que os maiores produtores estão nos Estados Unidos. O México, com sua brutal tragédia, que o diga! Os capitalistas que lucram com essas mercadorias posam nos salões e ao lado deles as autoridades governamentais e policiais encarregadas de sufocar a sangue os narcotraficantes das favelas.

O governo de Lula e de seu aliado Sérgio Cabral no Rio de Janeiro procuram repetir os ensinamentos militares e policiais do imperialismo – os Estados Unidos são também nisso pródigo orientador – de como ganhar a população para seus objetivos de repressão. Criaram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Primeiro, ocupam militarmente a favela, não importando as mortes. Depois, implantam as UPPs, que devem não só reprimir com armas o retorno dos narcotraficantes como conquistar a população para apoiá-las. Para isso, organizam-se as redes assistenciais, como substitutas ao assistencialismo protagonizado pelo narcotráfico. Jamais a polícia será identificada com a população pobre como parte dela e de sua defesa. A polícia é o braço armado do Estado burguês para proteger a propriedade capitalista e os interesses materiais dos ricos. Assim, as UPPs somente serão implantadas por meio da violência contra a população.

A experiência mostrou que o mercado de drogas foi comprimido. As facções responderam com o terror. No domingo, dia 21, as facções do narcotráfico iniciaram arrastões, queimas de

ônibus e carros nas ruas e avenidas do Rio. Em resposta, o secretário de Segurança acionou um plano de ocupar as favelas que fazem parte do complexo populacional da Penha. Contou com o apoio da Marinha, que participou com blindados.

Esse quadro de horror retrata perfeitamente a decadência do capitalismo e de seu estado de barbárie. Os miseráveis das favelas, pertencendo ou não ao narcotráfico, são abertamente atacados e oprimidos sob o manto da legalidade e da ordem social. A fração burguesa narcotraficante continua sob proteção de seu poderio econômico.

Os defensores dos Direitos Humanos justificam as mortes desde que resultem da legítima defesa dos policiais e desde que não se verifiquem execuções e torturas. Não, e não! A população pobre e os traficantes das favelas são produto da sociedade de classe.

Nenhuma violência policial deve ser justificada. Que se responsabilizem os capitalistas pelo narcotráfico e pela decomposição social! É no terreno da luta de classes e da organização operária que se combaterá as taras e deformações do capitalismo.

Começar já a luta por um salário mínimo de 3.500 Reais, necessários à sobrevivência digna da família operária; pelo fim do desemprego aplicando a escala móvel das horas de trabalho e pela combinação do trabalho com a escola para toda juventude. Essas são as condições iniciais para erradicar as favelas e delas, o narcotráfico.

É com esse programa de transição que a classe operária deve rechaçar a invasão policial dos bairros e favelas e responsabilizar os governos pelos massacres. É esse o ponto de partida para organizar as massas populares em defesa do fim da propriedade privada dos meios de produção e implantação do socialismo. É por essa via que os explorados combaterão as opressões e criarão as condições para a revolução proletária.

Fora a polícia das favelas! Nem mais uma morte! Punir os responsáveis pela invasão das comunidades oprimidas e pelo massacre!

Apeoesp – Congresso para destruir a democracia sindical

Assembleias com 50 mil trabalhadores e subseções dirigidas por correntes de oposição, tudo isso deve acabar.

O sindicato de professores do Estado de São Paulo (APEOESP) há muito vem destruindo a democracia operária. A CUT e a Força Sindical, as duas maiores Centrais do país, orientam seus sindicatos a retirar o que ainda existe de democracia para garantir de forma perpétua o poder dos burocratas locais.

Um sindicato com mais de 150 mil filiados, com assembleias massivas e com intervenção de diferentes correntes de oposição é um risco para os petistas. O momento atual exige extremo alinhamento com as políticas governamentais. Lutas contra o FUNDEB, PDE, REUNI, avaliações externas e política salarial devem ser evitadas pelas direções traidoras. A estatização dos sindicatos determina, portanto, o grau de burocratização e a política dos dirigentes. A eliminação dos setores oposicionistas e a contenção das mobilizações é o foco da política atual da burocracia cutista que atua na APEOESP. Para isso, deve atacar a organização sindical.

Mudanças no Estatuto para inviabilizar a luta

O Congresso, agora de dezembro, a tese da Articulação Sindical (PT seus aliados) propõe uma série de alterações estatutárias. Uma chama mais a atenção: é a defesa que as assembleias ocorram em locais fechados, com verificação de holerites. A proposta não é nova, os burocratas a defendem há alguns anos, alegando que estudantes participam das assembleias. Na verdade, o objetivo é ter assembleias menores e com maior controle da burocracia, isso porque nas grandes assembleias os professores discutem e impõem a sua posição. A diretoria é então obrigada a modificar suas propostas. Isso ocorreu diversas vezes em mobilizações em 2005, em 2007 e nas greves de 2008 e 2010. Restringir as assembleias a locais fechados é cortar a sua potencialidade, quebrar sua força coletiva, de massa. É isso justamente o

que querem os petistas.

Eliminado o poder das bases, resta enfraquecer a intervenção da oposição. Aí entram as demais mudanças estatutárias. A alteração no método de composição da diretoria e penalidade às subseções que não seguem a diretriz majoritária seguem essa linha.

Hoje, é aplicado um método de proporcionalidade em que todas as chapas que atingiram no mínimo 10% da votação podem ter cargos na Executiva da Central. A presidência fica com a chapa majoritária, mas a vice presidência fica com a oposição; a Tesouraria volta a ficar com a chapa da situação, mas as Comunicações, com a outra chapa e, assim, sucessivamente até terminarem os cargos. A substituição dessa forma de composição por outra que garante à chapa vencedora a escolha de todos os cargos da executiva que tenham importância política, deixando os irrelevantes para a chapa da oposição é o objetivo da mudança. Da mesma forma, as subseções, cujos conselheiros são eleitos de forma separada da eleição da Diretoria, terão de se adaptar às posições da direção majoritária, podendo ser penalizadas (por exemplo, com não repasse das verbas dos filiados) caso descumpram alguma deliberação.

Adotado esses dois pontos, a burocracia quer ainda aumentar suas benesses. O aumento no número de diretores executivos de 27 para 35 e a mudança na periodicidade das eleições de um ano e meio para três anos visam preservar e agradar os dirigentes da Articulação na sede Central e nas subseções do interior.

Essas alterações, portanto, atuam na contramão da situação que se coloca de luta contra os ataques do governo do Estado, porque levam a desmobilização e a um maior afastamento dos professores do sindicato. Logo, a destruição da democracia sindical resulta em aprofundamento da política de colaboração de classe.

O Congresso do Sindicato deve servir para a luta

Falta de professores, arrocho salarial, professores subempregados,

péssimas condições de trabalho, repressão e centralização do trabalho docente – todas essas são questões que devem ser o norte do Congresso da APEOESP.

Defender a democracia sindical e um plano de lutas que leve à mobilização da categoria são as propostas que a Corrente Proletária/POR levantará nesse Congresso.

Além de rechaçar as mudanças propostas pela Articulação, devemos aprovar um plano de lutas que responda ao conjunto de ataques que vem sofrendo o magistério e os trabalhadores em geral.

Entre as reivindicações devem estar aquelas que defendem a vida da juventude e o emprego e o salário dos trabalhadores. A bandeira de **4 horas na produção e 4 horas na escola** é a defesa das condições de vida de nossos alunos. Já as bandeiras de **Salário Mínimo Vital** e de **Escala Móvel das Horas de Trabalho** permitem que os trabalhadores da educação, bem como os trabalhadores em geral, tenham um salário que dê para uma família sobreviver (pelos nossos cálculos, em torno de R\$ 3500,00) e que todos tenham emprego garantido.

Ao mesmo tempo, outras reivindicações são urgentes porque delas depende a sobrevivência da Educação Pública. Assim, defendemos um **Único Sistema de Educação**, com a estatização de toda rede privada que vive de incentivos fiscais do poder público. A reivindicação de um único sistema de educação se choca com a privatização e a excrescência do ensino a distância. Por outro lado, a crise da educação tem de ser respondida por meio de bandeiras que unificam os trabalhadores da educação com a estratégia da classe operária, que é a da destruição do sistema capitalista. A consigna de escola vinculada à produção, unidade entre teoria e a prática, desfaz o mito reformista de escola de qualidade no interior de um sistema econômico apodrecido e aponta a via de uma escola nova, resultado das transformações na base material da sociedade.

Boletim da Corrente Proletária Estudantil (17/11/10)

Defender com mobilização os ameaçados de “eliminação” pelo interventor Rodas!

A reitoria da USP abriu processos administrativos disciplinares contra estudantes que participaram da ocupação da reitoria em 2007. Os processos se baseiam no regimento disciplinar da USP, que foi instituído pela ditadura militar em 1972, ainda vigente. As alegações contra os estudantes são “praticar ato atentatório à moral ou aos bons costumes”, “perturbar os trabalhos escolares bem como o funcionamento da administração da USP” e “desobedecer aos preceitos regulamentares constantes dos Regimentos das Unidades, Centros, bem como dos alojamentos e residências em próprios universitários”. A punição exigida é “eliminação” (isso mesmo, eliminação!).

A própria existência desse regimento, 25 anos depois de terminada a ditadura militar, mostra o caráter reacionário da burocracia dirigente da USP. Não se trata apenas de um papel que tivesse sido deixado de lado por não corresponder mais à realidade e relações sociais no país. A utilização desse regimento, um ato mumificado da ditadura militar, mostra que os dirigentes da USP são tão política e historicamente necrosados quanto ele. Mostra sua identidade com o autoritarismo da ditadura militar. Mostra sua disposição de tratar os movimentos sociais como caso de polícia. Mostra que a burocracia universitária é expressão no interior da universidade da ditadura de classe burguesa sobre a maioria oprimida na sociedade capitalista.

A repressão sobre os movimentos tem se acentuado na universidade desde o mandato de Suely Vilela: demissão de dirigente sindical e representante dos funcionários (Brandão), sindicância contra estudantes e funcionários grevistas, chamado à intervenção e repressão policial no interior da universidade durante a greve dos funcionários etc.

O avanço da repressão na universidade tem uma razão: a necessidade de impor medidas privatistas e elitistas que ferem os interesses dos que estudam e trabalham. A repressão serve

à intimidação dos movimentos para que aceitem docilmente as diretrizes impostas pelos governos e suas marionetes na universidade.

Nos processos constam nomes de estudantes, mas o ataque é ao conjunto do movimento. Não se trata de responder à questão no campo meramente jurídico. O ataque é político e tem de ser respondido politicamente. Somente com a força da mobilização, levantando as reivindicações mais sentidas pelos que estudam e trabalham e ligando-as à defesa dos perseguidos é que será possível forçar a reitoria a recuar.

A iminência da “eliminação” de estudantes obriga as organizações estudantis (DCE, CAs), todos os representantes discentes (RDs), todas as correntes políticas e independentes a se colocarem em unidade na defesa dos estudantes perseguidos pelo reacionário interventor de Serra na USP (Rodas). Está colocada a necessidade de uma ampla campanha de defesa dos estudantes e funcionários ameaçados. Todas as forças devem ser colocadas nesse sentido. A omissão ou corpo mole diante desse ataque gravíssimo significa aceitação da repressão.

Estamos às vésperas das eleições ao DCE da USP. O que as chapas têm a dizer sobre essa questão? O que fazem concretamente contra o ataque da reitoria? Está aí algo que deve pesar na decisão dos estudantes ao elegerem a futura direção de sua organização geral na USP.

Por uma campanha unitária de defesa de todos os perseguidos politicamente pela reitoria!

Mobilizar os que estudam e trabalham em defesa das lideranças perseguidas e das reivindicações!

Abaixo o regimento disciplinar da ditadura militar! Abaixo a burocracia universitária autoritária e reacionária!

Por em pé a assembleia geral universitária, unir os que estudam e trabalham em oposição à reitoria e governo privatistas, destruidores do ensino público e elitistas!

Boletim da Corrente Proletária Estudantil (24/11/10)

Barrar a ameaça do reitor-interventor Rodas de eliminação (expulsão) de estudantes com base no regimento disciplinar da ditadura militar (1972)

A reitoria pretende eliminar da USP dois grupos de estudantes: um pela participação na ocupação da Coseas deste ano, que recuperou um espaço para moradia; e outro pela participação na ocupação da reitoria em 2007, que combatia junto com professores e funcionários os decretos de José Serra de maior intervencionismo na universidade. Isto apesar de constar no acordo que pôs fim à ocupação que não haveria punições.

A eliminação pretendida pela reitoria é a expulsão sem direito a qualquer novo vínculo com a universidade, seja como estudante, funcionário ou professor. Baseia-se no regimento disciplinar imposto pela ditadura militar em 1972, e a acusação é a de violação da moral e bons costumes e o impedi-

mento do pleno funcionamento de órgãos da universidade. A sindicância da reitoria não conseguiu armar nenhuma prova que envolvesse os acusados pela ocupação da reitoria de 2007. Fundamenta-se numa delação realizada por um ex-diretor do Cefisma (Centro Acadêmico da Física), que afirma que os acusados tiveram “participação ativa” na ocupação. Ou seja, a acusação é a de responsabilidade política pela ocupação. A reitoria não teve nenhum escrúpulo em montar seu processo como instrumento de perseguição política: usou o regimento da ditadura militar, identificando-se com ele, e a acusação é inteiramente política.

Mais um ataque ao conjunto do movimento, numa escalada

repressiva e reacionária

Os processos políticos não são ataques que se limitem às lideranças. São parte de uma ofensiva repressiva aos movimentos dos que estudam e trabalham na universidade, que se iniciou após a ocupação da reitoria de 2007 e se prolonga até hoje. Em 2008, a reitora Suely Vilela demitiu Brandão, diretor do sindicato e representante dos funcionários no Conselho Universitário. Abriu sindicância contra estudantes e funcionários, rasgando na prática o acordo que tinha assinado de não punir a ocupação da reitoria. Em 2009, sob orientação de Rodas, então diretor da Faculdade de Direito, convocou a polícia para invadir a USP e reprimir a greve dos funcionários e as manifestações de estudantes contra a implantação do ensino a distância na USP. Em 2010, o atual reitor-interventor quebrou a isonomia salarial entre professores e funcionários, mandou atacar a greve dos trabalhadores, arrancando suas faixas e cartazes, e aumentando a repressão com mais processos contra diretores do sindicato e funcionários. O processo pela eliminação de estudantes é o capítulo mais recente dessa trajetória repressiva, que foi precedido por uma campanha de Rodas em favor da criminalização dos movimentos.

O objetivo dos dirigentes da universidade, a mando do governo do PSDB, é intimidar os movimentos dos que estudam e trabalham para que não se organizem e lutem contra as medidas privatistas e elitistas que impõem. Não é à toa que os processos surgem juntamente à proposta de reforma e fechamento de cursos defendida por Rodas e aprovada no Conselho Universitário. A assimilação desses burocratas do regimento da ditadura militar é a formalização de sua prática reacionária e autoritária.

O interventor esperou chegar o final do ano para atacar nas férias

A ocupação da reitoria de 2007 foi um marco no movimento estudantil. Diante dos ataques de Serra com seus decretos intervencionistas, os estudantes da USP iniciaram um movimento geral de resistência. A ocupação ocorreu por causa do descaso da reitora, que faltou ao debate público sobre os decretos e sua assessoria sequer recebeu os estudantes que se dispunham a debater com ela e tinham se dirigido até a reitoria. Inicialmente, a ocupação tinha como eixo as reivindicações por moradia, mas logo a bandeira de “abaixo dos decretos de Serra” encabeçou o movimento. Os funcionários e os professores logo se solidarizaram com os estudantes e entraram em greve contra os decretos do governo. Estudantes da Unesp de outras cidades também organizaram ocupações e greves. A Unicamp se somou à greve. Os estudantes e trabalhadores realizaram uma manifestação no Palácio do Governo, duramente reprimida pela polícia. O movimento obrigou Serra a recuar momentaneamente em sua ofensiva.

Os estudantes das universidades federais se levantaram em seguida, contra o Reuni do governo federal. Várias ocupações de reitorias aconteceram pelo país. Destacou-se a de Brasília, que obrigou o reitor a deixar o cargo, acusado de corrupção.

Como se vê, a ocupação da USP desencadeou uma série de movimentos de estudantes, um ascenso das lutas estudantis. Para a burocracia universitária, ficou difícil por em marcha a repressão aos estudantes numa situação de mobilização geral. As marionetes dos governos do PSDB esperaram até o movimento estudantil se desmobilizar. Esperaram germinar

na universidade grupos direitistas, apoiados pela imprensa reacionária, por dirigentes dos organismos burocráticos (que usam as bolsas como prêmios aos estudantes mais fiéis às suas ideologias), e que crescem pela ausência de mobilização e pela política covarde das direções do DCE, receosas de perder votos dos setores mais conservadores. Os dirigentes da USP esperaram até chegar às vésperas das férias, quando a maioria estará fora da universidade e não estará em condições de se organizar e reagir rapidamente aos ataques, para abraçar o regimento da ditadura militar e acusar os que não se submetem à sua moral e aos seus costumes.

A responsabilidade das direções e organizações do movimento

Se o ataque da reitoria é político, tem de ser respondido à altura. É importante dar a resposta jurídica, denunciar o processo à OAB, aos sindicatos, organizações gerais e buscar seu apoio, fazer abaixo-assinados, divulgar amplamente a ameaça de repressão e perseguição política. Mas o essencial é a resposta política, sem ela os estudantes acusados serão eliminados. A resposta política é ampliar a mobilização e unir a defesa dos acusados à luta pelas reivindicações gerais, com o método da ação direta.

É preciso um movimento unitário que junte o DCE, os CAs, representantes discentes, partidos, correntes políticas e independentes ao redor das bandeiras de fim dos processos e revogação do regimento disciplinar da ditadura militar. O resultado desse enfrentamento com a reitoria terá profunda repercussão no que acontecerá no próximo período na universidade. Não se pode aceitar corpo mole diante disso, pois significa aceitar a repressão e as imposições da reitoria.

Trata-se de um movimento que deve se voltar à conquista da unidade com funcionários, também sob repressão da reitoria, e professores. Um comando de mobilização unitário deve organizar o movimento em defesa dos acusados e exigir a abolição do regimento da ditadura militar.

A resposta da direção do DCE (PSol)

Inicialmente, os acusados pela ocupação da Coseas procuraram a direção do DCE, que se negou a chamar uma assembleia. Foi o Conselho de Centros Acadêmicos, em 06/11, quem a convocou. Mas direção do DCE não se empenhou na convocação da assembleia. Nada de cartazes e panfletos, nada de passar nas salas de aula para chamar os estudantes a enfrentar a repressão. É preciso reconhecer que passaram sim nas salas de aula, mas para fazer campanha de sua chapa que concorre para o DCE 2011.

Ainda assim, a assembleia de 17/11 contou com participação significativa de estudantes. O que a direção do DCE propunha? Um abaixo assinado de mera solidariedade aos ameaçados de eliminação. Criticou as propostas de realização de atos públicos nos dias de depoimento dos acusados, propôs assembleia para 01/12 (praticamente nas férias) e se contrapôs ao fechamento das urnas da eleição do DCE nos momentos de ato público e assembleia em defesa dos acusados.

Seus argumentos contra os atos: “não podemos perder o apoio de parte dos estudantes que são contra atos e manifestações minoritárias”. Uma confissão, que quer dizer: não quere-

mos perder votos dos estudantes de direita; quanto à caracterização do movimento como “minoritário”, basta dizer que se trata de uma tentativa barata de desqualificação. Na prática, o P-Sol e seus satélites não querem mobilização alguma, querem saber das urnas, demonstrando o apego ao aparelho. Apóiam-se nos setores mais conservadores para justificar o próprio imobilismo. As lutas geralmente não começam com milhares de estudantes radicalizados tomando as ruas. Ganhar a maioria deve ser nosso objetivo e é preciso dizer que é possível atingi-lo, mas para isso as direções devem trabalhar por conquistar os estudantes com um trabalho amplo de base.

Ora, não temos nem teremos apoio da direita aos estudantes processados. Os estudantes reacionários querem o mesmo que a reitoria: a expulsão dos colegas. E é oportunismo da pior espécie tentar ganhar votos da direita deixando para isso de fazer o que deve ser feito: organizar um movimento contra as expulsões, que se chocará sim contra os estudantes reacionários.

A proposta de adiamento da assembleia para as férias e não fechamento das urnas durante os atos e assembleia mostra que a prioridade da atual gestão é se reeleger, a qualquer custo, ainda que seja o da eliminação de estudantes. Se colocamos a defesa dos colegas como prioridade, então não seria possível estar nos atos e assembleia e ao mesmo tempo fazer boca de urna nos cursos.

Mas a direção do DCE foi derrotada pela maioria da assembleia de 17/11. Vai ter ato nos dias de depoimento, assembleia em 24/11 e a eleição será paralisada durante o tempo necessário a que todos se dediquem à defesa contra os processos.

Mais um oportunismo: logo após perder a primeira votação, a direção do DCE “lembrou” a assembleia que circulava uma lista de presença para garantir o novo quórum aprovado no X

Em SP, diretorias de ensino querem fechar o período noturno

Várias cidades do interior de São Paulo tem visto suas escolas de Ensino Médio fecharem o período noturno. Em algumas, o fechamento começa de forma sutil. Não se permite a abertura de salas de 1º série; no ano seguinte, não há turmas de 2º e, no ano subsequente, nem 3º sériesta. Em outras cidades, em escolas chamadas de mais “problemáticas”, em uma só canetada, as dirigentes de ensino fecham todo o período noturno, superlotando salas do diurno ou de outras escolas.

Isso tem ocorrido com bastante frequência no Litoral Norte. Mais recentemente a Dirigente de Ensino quis fechar todo o período noturno de uma escola que possui nove salas nesse horário. Os alunos seriam transferidos para outras duas escolas. Professores e comunidade se moveram contra a medida. Em poucos dias, centenas de assinaturas em um abaixo-assinado, bem como várias reuniões pressionaram a Dirigente regional. O Conselheiro Estadual da APEOESP, ligado a Corrente Proletária, denunciou as medidas na rádio local, soltou boletins chamando a população e chegou a organizar “panelaço” na frente da Diretoria de Ensino, que não ocorreu porque a Dirigente, em reunião na escola, voltou atrás na proposta.

A alegação da Diretoria e de toda burocracia do Estado é que os alunos não podem estudar no noturno por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente e que eles não podem trabalhar

Congresso de estudantes da USP. Ou seja, esperou a votação para colocar essa questão. Se tivesse ganho, nem falaria de quórum. O quórum de qualquer organismo é solicitado na abertura dos trabalhos e *antes* das votações, jamais *depois* delas.

Mas a direção do DCE vai além: boicota as decisões da assembleia com as quais não concorda: não havia ninguém da atual gestão na reunião da comissão tirada pela assembleia no dia 19/11, e o site do DCE nem mesmo anunciou a assembleia de 24/11 ou as deliberações da assembleia de 17/11.

Há centenas de estudantes inscritos nas chapas às eleições do DCE. Se esses estudantes pretendem mesmo assumir a direção do movimento estudantil na USP, é hora de mostrar a que vieram. Um bom critério de escolha é a prova dos acontecimentos, como a defesa dos acusados pela reitoria.

Por uma campanha unitária em defesa dos ameaçados de eliminação!

Pelo fim dos processos e perseguição política contra estudantes e trabalhadores!

Pela revogação do regimento disciplinar da ditadura militar (1972)!

Mais repressão a estudantes:

No dia 22/11, o agente da GU, Antonio Beltrame, impediu a entrada de um estudante pelo P1 porque estava sem carteirinha da USP, apesar de estar junto a outros colegas que o identificaram. O estudante foi agredido e mantido refém. Está aí o fechamento do campus pela burocracia reacionária, que agride estudantes para manter a USP isolada da população que a sustenta. Pelo fim dos bloqueios à entrada na USP! Abertura da universidade à população, inclusive nos finais de semana! Fora da USP os capangas repressivos da reitoria!

em período integral. Embora a legislação de fato seja proibitiva e tenha como objetivo ocultar o desemprego nessa faixa etária, a realidade é que os estudantes do Ensino Médio precisam trabalhar para ajudar suas famílias. São raros os estudantes que trabalham como “aprendizes”, como “estagiários”, a maioria absoluta trabalha as oito horas (às vezes, até mais) e realiza as mesmas funções dos adultos. A “proteção” do ECA acaba, na verdade, em se transfigurar em desproteção em relação aos direitos trabalhistas. Os estudantes não são registrados e mal conseguem conciliar os horários do trabalho com as da escola.

A medida do governo de fechar o período noturno serve, portanto, apenas para superlotar salas em outros períodos e cortar gastos com a contratação de professores e manutenção da escola. É preciso resistir ao fechamento de salas, defendendo que os estudantes possam sim trabalhar, desde que o trabalho seja garantido a todos e em condições que possibilitem conciliar com os estudos. A bandeira histórica de unir o ensino e o trabalho se concretiza em nossa realidade através da consigna de 4 horas na produção e 4 horas na escola. Somente quando toda a juventude tiver garantido o emprego e tiver garantido a escola se poderá falar de “proteção” das crianças e da juventude, antes disso não passa de demagogia do governo, que quer destruir o ensino público.

Londrina: Projeto de Política Estudantil do DCE:

Colaboracionismo na forma e assistencialismo no conteúdo

A diretoria do DCE-UEL tentou decidir por e-mail quais deveriam ser as reivindicações dos estudantes em relação à “assistência estudantil”. É preciso denunciar tanto o conteúdo, como a forma da deliberação.

Conteúdo rebaixado

Essencialmente, no conteúdo, atual gestão “UEL de Cara nova (UJS)” promove um retrocesso nos debates quando pede uma política de *assistência* para os estudantes.

A moradia, transporte e alimentação devem ser reivindicados como direitos, ou seja, universais, parte do direito à Educação. Isto unifica o movimento estudantil, nos coloca em choque com o Estado e reitoria e mostra os limites da universidade no capitalismo. A perspectiva assistencialista degrada os estudantes, coloca-os abaixo do mínimo da “cidadania” burguesa e cria mecanismos de controle, pois os estudantes devem agradecer ainda por receber migalhas. Basta lembrar como o movimento de ocupação da Casa do Estudante em 2009 escandalizou a burocracia por ousar ter a dignidade de exigir direitos.

A proposta da diretoria retrocede na exigência do Passe Livre, pedindo-o parcialmente ou querendo até colocar um guichê da empresa Grande Londrina na UEL; abdica da defesa de moradia como direito, pedindo apenas aumento de vagas; fala do necessário aumento e construção do RU sem retomar a defesa de gratuidade já tirada nas assembleias estudantis; não enfrenta a reitoria em relação à autonomia dos espaços dos estudantes; não combate a exigência cada vez maior para que os estudantes arquem com as condições necessárias para seu estudo. Além disso, não apresenta claramente a defesa da autonomia e democracia universitárias, com a assembleia geral universitária, voto universal e participação estudantil majoritária nos espaços de decisão, e muito menos a defesa do fim da privatização, com o fim de todas as taxas (já decidido em assembleia).

Volta da Assessoria Estudantil?

Destaca-se a proposta de “criação da assessoria estudantil”. Isso já existiu na UEL, era um órgão da burocracia universitária para institucionalizar o ME, cooptar e corromper os dirigentes mediante concessões e favores e limitar a autonomia do movimento estudantil.

Eleições do DCE da Universidade Federal do Ceará

Vitória da Chapa 3 não é garantia de luta

Nos dias 9, 10 e 11 de novembro ocorrerem as eleições para o DCE-UFC. Ao todo votaram 7.441 estudantes dos campi da capital e do interior (a exceção do campus de Quixadá, onde a comissão eleitoral não conseguiu chegar). Três chapas se inscreveram, a Chapa 1 *DCE de verdade* (PC do B, PT, PDT e independentes), a Chapa 2 *Romper o Silêncio* (Corrente Proletária/POR e independentes) e a Chapa 3 *Lutamos porque sonhos não envelhecem* (PSOL, PCR, PSTU, Consulta Popular e inde-

A defesa de sua recriação no atual momento se explica pela participação da UJS na direção do DCE, pois esta corrente no plano nacional representa exatamente a orientação de colaboração com o governo e com a burocracia universitária em oposição aos interesses genuínos dos estudantes.

Na UEL a UJS já esteve à frente do DCE em (2006-2007), quando tomou a entidade e a abandonou, literalmente. A diretoria acabou sendo expulsa após denúncias de roubo do dinheiro dos estudantes.

Método bom para a reitoria

A Diretoria do DCE não dá prioridade às instâncias coletivas de decisão: congresso, assembleias e reuniões, mas ao contrário, pretendem fazer uma discussão das bandeiras do ME via e-mail, incluindo no debate virtual até mesmo o futuro governador Beto Richa e a reitora Nádina.

Não podemos permitir que o ME da UEL retroceda à postura de integração e colaboração com a burocracia universitária e o Estado.

Organizar a oposição independente da burocracia

Para organizar o movimento estudantil baseado na autonomia em relação à reitoria e Estado é ter um programa que vincule as lutas da universidade ao programa proletário. É importante organizar o Congresso do DCE, tirar uma plataforma de luta, em vez de ficar correndo atrás de migalhas da reitoria, ou reagindo a cada ataque.

O PSol e PSTU, depois de serem rechaçados duas vezes em eleições, pouco tem feito em relação à condução da UJS no DCE, assim como pouco fizeram em sua gestão: basta lembrar que não realizaram o Congresso decidido nas assembleias, afundaram a campanha contra a construção do muro, perderam os apoios na defesa do DCE do Centro e não encaminharam as eleições, levando a mais um período de desorganização.

É preciso que retomemos as bandeiras definidas nos pontos mais altos de organização do ME da UEL e avancemos na construção de um programa de defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Laica e vinculada à produção social. Só assim vamos parar de reagir aos ataques e sair da órbita da reitoria e dos eleitoralismos tanto do PT/PCdoB, como do PSol/PSTU.

pendentes) mas somente duas concorreram (a Chapa 2, Romper o Silêncio, foi impugnada burocraticamente pela comissão eleitoral que alegou falta de documentação).

As eleições foram marcadas pelo baixo nível político, poucas discussões, debates burocratizados e esvaziados embora houvesse uma tendência nacional de mobilização contra o Enem e Enade. Contribuiu para isso a velha prática do coleguismo sempre alimentada por ambas as chapas. A Chapa 3 ganhou

com a diferença de apenas 223 votos (3% do total). Considerando que a Chapa 1 atuou desorganizadamente, e a Chapa 3 tinha o controle da entidade, e ainda contou com a adesão de mais uma corrente política, o PCR, fica claro que a vitória, por esta estreita margem, mostrou a fraqueza da atual gestão.

A Chapa 3 representa a continuidade em relação à antiga gestão, que está aquém das necessidades do movimento estudantil combativo. Esta chapa teve poucas mudanças na sua composição. Houve a incorporação formal da Consulta Popular e a entrada do PCR/Correnteza. O PSTU é hoje uma incógnita. Depois de abandonar a gestão que agora se encerra, **'Da Luta não me retiro'**, integrou formalmente a Chapa 3, cumprindo o encaminhamento nacional, da ANEL, de fazer unidade com a "esquerda da UNE". Na campanha, porém, esteve ausente político e organizativamente. O PSOL (Barricadas e Levante), que influencia o coletivo Toda Voz, grupo mais numeroso, embora tenha dado a direção política e organizativa da gestão e da Chapa terá dificuldades futuras sobre a gestão que virá, uma vez que grande parte de seus ativistas devem deixar a Universidade.

A Corrente Proletária Estudantil - CPE avalia que a gestão que se inicia **'Lutamos Porque Sonhos não Envelhecem'**, embora formalmente se reivindique combativa e de luta, não será capaz de reverter o imobilismo do movimento, primeiro porque seu programa continua rebaixado, resultado de acordos para acomodar todas as correntes e segundo porque não renovou seus quadros, o que irá abrir a possibilidade do PCR orientar politicamente os rumos da gestão.

Apesar de grande, a votação mostra recuo da vanguarda.

Embora a votação tenha sido a maior dos últimos seis anos, o nível

Oposição de esquerda à direção da APUB/UFBA encontra-se num impasse

Esta semana, encerraram-se as inscrições de chapas para concorrer às eleições da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), que representa os docentes de universidades federais no Estado, em particular a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Instituto Federal da Bahia (IFBA). A oposição de esquerda, composta por militantes independentes, do PSTU e do POR resolveram, depois de intensa discussão, não lançar chapa para as eleições. Os motivos foram vários, entre os quais o mais importante foi o caráter embrionário da oposição de esquerda, que não conseguiu realizar durante o último ano um trabalho sistemático e consistente junto à categoria.

A APUB é uma organização histórica que se formou na época da ditadura militar, a partir da organização e da resistência da categoria docente em relação às políticas educacionais e as medidas repressivas dos governos, constituindo-se em instrumento para a mobilização dos professores durante décadas, no enfrentamento das políticas educacionais dos diversos governos desde a ditadura até os primeiros governos da democracia burguesa, desde a abertura democrática.

Ocorre que, com o processo de burocratização da Central

*de mobilização dos cursos deixou a desejar. Na Geografia e na História, que normalmente ajudam os debates, a vanguarda esteve quase que ausente. Na Pedagogia e Agronomia, cursos grandes e também com tradição de mobilização, as votações foram inexpressivas com menos de 1/3 da participação estudantil. Na Biologia, curso que tinha muitos membros da chapa 3, a chapa 1 levou um terço dos votos. Os campi do interior votaram em grande maioria na oposição para desespero da atual gestão que mobilizou por lá. Este é o resultado da política da gestão **'Da luta não me retiro'**, evidentemente que o pouco envolvimento no processo eleitoral da vanguarda e a pouca renovação da militância foram fatores que se somaram à conjuntura de final de semestre e recuo das lutas.*

A intervenção da Corrente Proletária nas eleições

Intervimos fazendo um chamado aos estudantes para organizar uma chapa em torno da defesa do voto universal na universidade, maioria estudantil nas instâncias deliberativas (Conselho Universitário e CEPE), a criação de um único sistema de ensino e do fim do vestibular. Como fruto desse debate, surgiu a Chapa 2, que foi impugnada por falta de documentação (RG dos integrantes, uma documentação desnecessária, já que tradicionalmente, no ME, as inscrições de chapa ocorrem apenas com os nomes, as matrículas e o programa da mesma). Apesar disso, decidimos junto aos apoiadores e integrantes da chapa, chamar os estudantes a votar na chapa 2, mesmo que impugnada. A tarefa agora consiste em continuar intervindo nas mobilizações estudantis levantando um programa de luta consequente. Atuaremos como oposição frente a nova gestão do DCE, mobilizando, desde já, os estudantes por suas reivindicações mais sentidas, bem como empreendendo a defesa da realização do congresso de estudantes no próximo ano.

Única dos Trabalhadores (CUT), levada a cabo pelos partidos que se encontravam na direção da central, dos sindicatos e de associações de trabalhadores durante as décadas anteriores, processo que se seguiu à conformação mais completa do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ao Estado e à democracia burguesa, grande parte das organizações e movimentos sociais foram condicionados à política de conciliação de classes com o patronato e com o estado, finalizando com o processo de estatização completa das organizações durante os dois governos de Lula do PT.

O fato é que as últimas direções da APUB têm praticado uma política de conciliação de classes e de submissão às medidas do governo Lula no sentido de desagregação do ensino público, via sucateamento das universidades e institutos federais de educação, e de privilégios para o ensino privado, por meio das políticas do Reuni. Não se discutem os problemas da categoria e da crise da educação, bem como as medidas de ataque à educação do governo do PT, causando uma profunda apatia na categoria e esvaziamento completo das assembleias e reuniões convocadas pela atual direção.

As eleições ocorrem no contexto de desapontamento dos

professores com a política da atual direção que levou a categoria ao divisionismo, praticando uma política irresponsável de desfiliação do Andes – Sindicato Nacional e de filiação do Proinfes, uma entidade constituída pela burocracia petista para fragmentar a categoria e sufocar as últimas tentativas de resistência à política educacional do governo Lula de depreciação do ensino universitário. O governo Lula divulgou uma proposta de Lei de estruturação do Plano de Carreira e Cargo de Magistério Superior Federa, que ataca profundamente as condições de trabalho, direitos e o ensino nas universidades.

Por conta da situação, alguns membros da oposição, independentes ou ligados à Conlutas, têm manifestado uma posição antimarxista de criar uma nova associação e fragmentar ainda mais os professores. Chegam a dizer desesperadamente que só se esforçarão na oposição se for no sentido de criar uma nova associação, filiada ao Andes. Não conseguem perceber que com essa atitude acabam reforçando o processo de divisionismo da categoria e da oposição, tornando-as cada vez mais fracas.

A militante do POR, que faz parte da oposição de esquerda ao sindicato já deixou claro o significado da política

praticada pelo PSTU de romper com a Central Única dos Trabalhadores e fundar uma nova central, a Conlutas, contribuindo para o processo de fragmentação da classe trabalhadora no Brasil. Os argumentos levantados à época pelo PSTU e demais organizações de que havia uma ruptura em massa de parcela da classe trabalhadora com a CUT não tinha qualquer fundamento. Na verdade, a ruptura dignificou apenas uma decisão de uma pequena parcela da vanguarda ligada ao PSTU e demais organizações que o seguiram. Os fracassos de constituição de uma nova central sindical pelo PSTU, PSOL e uma pequena parcela de organizações indica os erros cometidos por estas organizações, sem qualquer autocrítica posterior.

O fato é que no momento atual encontramos-nos num contexto de fragilidade frente a burocracia, que apesar de todo o desgaste continua no comando da categoria. Por isso, a militância do POR tem defendido a necessidade de realizar um trabalho político de organização sistemática da categoria com base em um programa que sintetize as reivindicações da categoria frente aos ataques do governo à educação, vinculando-as à luta pela destruição do capitalismo e à ação direta.

Ceará

Empresários enrolam os trabalhadores com dissídio coletivo

Desde julho, quando terminou a greve dos rodoviários, a patronal Sindiônibus vem enrolando a categoria com o julgamento na justiça (TRT) do dissídio coletivo. Há muito que as rodadas de negociação não dão em nada. Estamos em novembro e não há nenhuma previsão de solução. A experiência feita com este dissídio, de julho até agora (quase 4 meses), foi importante para mostrar, de uma vez por todas, que a disputa com os patrões na justiça não serve para nada. Não é possível dobrar os patrões por meio da justiça, pois esta está a serviço deles. Desgraçadamente, a direção do SINTRO (Conlutas) levou a luta dos rodoviários e sua greve para este beco sem saída. No seu jornal de setembro, afirma que muitos trabalhadores rodoviários têm perguntado sobre quando será resolvido o problema e responde pedindo calma e paciência porque nos tempos das antigas diretorias pelegas estas traíam os rodoviários com acordo rápidos e sem benefícios para motoristas e cobradores. Isso é verdade, porém, não é a questão. A luta de toda categoria pode terminar em derrota ou em vitória, mas a direção do movimento tem de dizer claramente o caminho correto para a vitória. A direção do Sintro, influenciada pelo PSTU, chamou a categoria a apoiar o dissídio coletivo, alimentou as ilusões de que a disputa na justiça poderia render bons frutos. Logo que houve o primeiro julgamento, ainda em agosto, quando o TRT definiu que a greve não poderia ser considerada abusiva, a direção do sindicato correu a dizer que o dissídio era a melhor saída e que a primeira vitória havia sido conquistada.

Na época da greve, nós do boletim Rodoviários em Luta/POR dizíamos que a greve só teria chance de ser vitoriosa com a paralisação total e rompendo com a chamada *Operação Padrão*, defendida pela advogada do Sintro. Dizíamos ainda que

a greve tinha de ser radical, ao passo que a direção do Sintro dizia que a greve tinha de ser pacífica e dentro da lei. Como sabemos, a mesma lei que a diretoria do Sintro tanto se apegava não era cumprida pelos empresários (frota de greve etc) e voltava-se contra o próprio Sintro (multas e mais multas). Mas, todo este balanço pormenorizado da greve e de sua derrota já foi por nós realizado em nosso boletim Rodoviários em Luta (nº10); o que nos interessa nesse momento é mostrar que durante este período, éramos contra se recorrer ao dissídio e levar a disputa com os patrões para a órbita da justiça, que é vendida e inimiga declarada dos trabalhadores.

Aos trabalhadores que se perguntam nos terminais como anda a negociação do dissídio, alertamos: não dará em nada! E acrescentamos: é um crime o sindicato iludir os rodoviários com a possibilidade de que o dissídio possa resultar em algo benéfico para motoristas e cobradores. Uma parcela da categoria que já chegou a esta conclusão baseando-se em sua própria experiência e descontente com os rumos do sindicato, com a forma como a greve terminou, com a forma como ela foi dirigida, hoje afasta-se e até desfilia-se. A desfiliação enfraquece a luta sindical. Nada de desfiliação! É preciso manter-se filiado e exigir da direção que encaminhe as propostas aprovadas em assembleia (campanha contra os microônibus etc). A experiência mostra que é preciso construir uma direção revolucionária para a nossa categoria.

- Nenhuma ilusão no dissídio!
- Organizar a luta contra a dupla função (motorista-cobrador)
- Pela estatização do sistema de transporte!
- Construir a Corrente Proletária nos rodoviários!

Rondônia

Em nome do “desenvolvimento sustentável” índios, ribeirinhos e garimpeiros têm seus direitos arrancados

O mês de outubro foi marcado por diversas manifestações, encabeçadas pelos índios, ribeirinhos e garimpeiros, moradores de Mutum – Paraná e Jacu-Paraná, distritos de Porto Velho. As manifestações tinham o objetivo de cobrar os acordos de indenização, firmados pelos investidores da construção da usina de Jirau. Mas, os acordos não estão sendo cumpridos. Como é de costume, a exemplo dos acordos com os ribeirinhos, que são atingidos pelas barragens da construção de hidrelétricas em todo país. Em Rondônia, a Usina de Samuel, cuja construção já conta com mais de 20 anos, expulsou os moradores da região de suas terras sob o pretexto de indenização, inúmeros deles até hoje não receberam a indenização prometida na época. Outros tiveram mortes prematuras em decorrência da opressão dos investidores e morreram sem essa indenização.



A empresa Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pelas obras, ao chegar no local, expulsou as famílias pela força do braço armado do estado e suas milícias auxiliares. Diziam que a empresa estava usando de “força excessiva”, durante os despejos das famílias para abrir espaço e apressar a construção.

Uma das moradoras da localidade acusa os responsáveis pela obra de arrancá-los de suas moradias com o uso da violência e ameaçar os ribeirinhos. Ao denunciar o ato de violência, a moradora diz: “Eles são muito agressivos e dizem

que se a pessoa não sair, derrubam a casa e passam por cima da gente com o trator”. Portanto, os amedrontam para vencê-los pelo pavor, cansaço e medo. Chegaram a ponto de derrubar uma casa de uma senhora de idade com seus pertences e não lhes pagaram nada. Foram além disso: entraram no posto de saúde da localidade dizendo que era propriedade da Energia Sustentável do Brasil, causando constrangimento às pessoas que estavam recebendo atendimento médico.

Os empresários da construção das hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia, mostraram a que vieram: expropriam, expulsam crianças, jovens, adultos e idosos das terras e das casas. Tudo em nome do capital e do desenvolvimento.

O Partido Operário Revolucionário apoia as reivindicações dos ribeirinhos, indígenas e garimpeiros. Considera que somente a luta nas ruas poderá impor os direitos dos atingidos pelas barragens.

Ganhar as ruas e ocupar para fazer valer os direitos

De acordo com os moradores, os investidores do empreendimento da usina estão subavaliando as propriedades, não cumprindo os acordos que foram firmados nas audiências públicas, realizadas na época do licenciamento das obras. A promessa era de que os moradores receberiam as indenizações não só pelo valor material de suas benfeitorias, mas também pelo transtorno causado por terem de abandonar um local onde tinham o sustento garantido pela pesca, caça e pequena agricultura hortigranjeira, com uma vivência e uma história que conta com mais de trinta anos.

Fortaleza – publicamos o Boletim Luta Peão nº 1, dirigido aos trabalhadores da construção civil do Ceará

Preparar a campanha salarial 2011 com luta

A campanha salarial dos trabalhadores da construção civil 2011/2012 está próxima. Por isso é preciso preparar a luta. Antes, porém, é preciso fazer o balanço da campanha salarial de 2010, que teve início em março deste ano, mostrando muita disposição de luta dos assalariados contra as péssimas condições de trabalho e salário.

Enquanto os empresários faturam milhões e milhões, muitos são os operários que trabalham uma jornada de 44h semanais em troca de um salário miserável de 525,00!! (apoio administrativo, servente etc). Mesmo aqueles que ganham 800,00 (profissionais) ainda assim não têm um salário que garanta condições dignas de vida para suas famílias. Por isso, muitos trabalhadores se empenharam na campanha salarial. Houve paralisações em vários canteiros (Mesejana, Parque do Cocó, Papicu, Cidade 2000, Seis bocas, Aldeota etc) e até passeatas. A pressão da categoria contra os empresários, inimigos dos operários, no entanto, foi canalizada pela direção do sindicato para um acordo rebaixado de reajuste médio de 9,5%. A categoria percebia que era chegada a hora de arrancar um bom reajuste, capaz de recuperar parte dos salários e tinham duas importantes armas: a mobilização da base e a grande procura por mão-de-obra nas empresas. Ora, se o setor da construção vive um período de grande expansão, onde os empresários evitam as

demissões porque faltam trabalhadores e inclusive brigam entre si para contratarem mais e mais operários, era necessário aproveitar este momento para fazer uma FORTE GREVE e arrancar redução da jornada e um alto reajuste. Mas quando a categoria já se preparava para a greve dia 26, a direção do sindicato (PSTU/Conlutas) apareceu dizendo que a proposta de reajuste de 9,5% era irrecusável e chamou os trabalhadores a votarem nela para impedir a greve.

Por tudo isso nós do boletim Luta Peão chamamos os operários a construir uma Oposição de luta e combativa para nossa categoria.

Trabalhador lute conosco por estas propostas:

- Abaixo a superexploração dos peões! Pela redução da jornada de trabalho! E emprego a todos! Por um auxílio alimentação de R\$ 500!
- Defender um salário vital (que dê condições de vida digna para uma família de 4 pessoas)! e calculado nas assembléias dos trabalhadores!
- Pela estatização de todas as empresas de construção civil sob controle dos trabalhadores!
- Nenhum apoio aos governos Lula, Cid ou Luizianne! São todos inimigos dos trabalhadores e aliados dos empresários! Abaixo o capitalismo! Lutemos pela revolução proletária e o Socialismo!

Nesta edição:

- Outra etapa da crise na União Européia
- Militarização do Oriente Médio
- Conflito entre as Coreias se agrava
- Bolívia: Governo e explorados se distanciam cada vez mais
- Governantes reacionários e dirigentes krumiros atacam o POR
- XI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR) – Brasil

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Outra etapa da crise na União Européia

Como em um castelo de cartas, o bloco europeu começa a ver alguns de seus países mais fracos tombarem; a União Européia mostra sua fraqueza diante da crise que se arrasta. Ao contrário do que supunha o Conselho da UE e o FMI, as reformas e as medidas de “austeridade” adotadas, a partir de 2009, por todos os países do bloco não tem conseguido frear as tendências de insolvência dos Estados e de retração das economias nacionais.

Grécia

O governo grego, que diminuiu salários, que fez reformas trabalhistas e da previdência e que aumentou impostos, mostra-se impotente diante da estimativa que seu déficit público em 2009 foi maior do que se esperava (de 13,6% para 15,4%). A previsão de que até 2014 conseguiria diminuí-lo até 3% do PIB é ilusória, a não ser que faça novas reformas, corte mais os salários e ataque os serviços públicos – isso é o que tem exigido o Conselho da União Européia e o governo pretende atender.

Um novo plano de cortes e privatizações foi apresentado em 18 de novembro. O governo pretende economizar mais 5 bilhões de euros em 2011. Destes, 40% seriam alcançados retirando verbas do sistema nacional de saúde e 10% do Setor de Defesa, o restante viria da elevação de impostos (sobre vendas de produtos no varejo, por exemplo) e privatização de empresas, como operadoras de trens, mineradoras e operadoras de gás. Além disso, o governo, que quer economizar 30 bilhões de euros em três anos, vai abolir o pagamento de Bônus do Natal e da Páscoa para o funcionalismo público, congelar o valor das aposentadorias até 2012 e aumentar impostos de alguns produtos em especial, como bebidas, cigarros e combustível.

Em outras palavras, o novo pacote de medidas resultará em mais desemprego, mais exploração do trabalho e piores condições de vida para a população, sobretudo para a classe operária e para a classe média.

Irlanda

Nas últimas semanas, Irlanda se desmoronou. A imprensa mundial noticiou que o déficit público, em 2010, ultrapassará 30%. Apesar de ter relutado inicialmente, o governo solicitou a ajuda ao FMI e ao Banco Europeu e deve receber inicialmente 50 bilhões de euros, desde que atenda as exigências dos organismos internacionais.

Essas incluem desde corte de salários (de 5% a 15%), passando por aumento de impostos até a redução em investimentos públicos que, para 2011, deve chegar a 1 bilhão de euros.

Como na Grécia, os organismos internacionais culpam os governos anteriores pela “farra” com os gastos públicos. O fato de o país ter o segundo maior salário mínimo da região é usado, por exemplo, como justificativa para a situação de crise econômica. No entanto, o déficit das contas públicas teve sua expansão com as medidas anti-crise de 2008.

Em outubro de 2008, já se constatava a recessão, após o estouro da sua bolha imobiliária, acompanhando o mercado norte-americano. Nesse mesmo ano, ela assume o passivo de seis bancos de propriedade irlandesa, cujo total ultrapassava os 400 bilhões de euros e que entraram em crise com o colapso do banco de investimento dos EUA Lehman Brothers. Os 400 bilhões logo se transformam em 485 bilhões porque o governo auxilia também bancos estrangeiros com operações no país. Essa operação objetivava garantir que, se tais bancos quebrassem, o Tesouro do país seria utilizado para salvar suas negociações financeiras, isto é, uma parte das riquezas do país foi posta para acalmar e resgatar especuladores das bolsas.

Mas as operações do Estado irlandês não pararam aí, o governo utilizou 5,5 bilhões de euros para injetar em três grandes bancos do país. O governo burguês que privatiza setores estratégicos da economia é o mesmo que estatiza bancos e outras instituições parasitas para os salvar da quebra.

Ao mesmo tempo em que despeja dinheiro para os bancos, anuncia, já em dezembro de 2009, um corte de 4 bilhões de euros, reduzindo benefícios sociais e cortando empregos públicos.

Em setembro de 2010, o governo divulga que precisará de 50 bilhões para resgatar seus bancos e que pretende aumentar sua poupança orçamentária, ou seja, reduzir gastos, cortar orçamento de serviços públicos.

A ajuda do Banco Europeu e do FMI fecham o ciclo com os 50 bilhões “necessários”. A “necessidade”, como sempre, é não permitir que os bancos quebrem, levando com eles alguns especuladores. Os 50 bilhões serão utilizados conforme os bancos do país necessitarem de “liquidez”. Os economistas mais otimistas supõem que o dinheiro não será utilizado, mas a recessão no continente demonstra que ele será insuficiente para conter as tendências desagregadoras da zona do euro, previstas para se manterem ao menos por cinco anos.

O continente sombrio

Alguns analistas burgueses assumem que a crise iniciada em 2008 nos EUA ainda está em seu início na Europa. A retomada do cresci-

mento dos primeiros trimestres foi apenas uma leve brisa diante da perspectiva de recessão e retração das economias.

Os 27 países da União Europeia assumiram a política de austeridade, definida pelo Conselho do bloco. As medidas atuam, de um lado, para preservar os negócios do capital financeiro, e, de outro, para destruir o que ainda resta do chamado Estado de Bem-Estar. Retirada de direitos, diminuição de salários, aumento do desemprego e da pobreza é o que esperam as massas europeias.

Portugal e Espanha caminham pela mesma trilha de Irlanda e Grécia. Não conseguem diminuir o déficit público e buscam medidas para cortar gastos. Na Espanha, o corte até 2011 deve ser de 15 bilhões de euros; para isso, o governo tem cortado salários (5% no funcionalismo), benefícios sociais, empregos públicos e suspendido obras públicas (algo em torno de 6 bilhões de euros cortados em obras de infraestrutura). Em Portugal, para 2010 a estimativa é que tenha economizado 2 bilhões de euros com aumento de impostos, redução de benefícios ligados a saúde e educação e corte de salários de parte do funcionalismo.

Itália, Alemanha, Reino Unido, França também anunciaram cortes de salários, retiradas de benefícios, aumento de impostos. Os valores a serem “economizados” nos próximos anos são estratosféricos: 45 bilhões de euros na França, 25 bilhões de euros na Itália, 80 bilhões de euros na Alemanha e 83 bilhões de euros no Reino Unido.

Como salientou o presidente da UE, Herman Van Rompuy, o tempo agora é de sobrevivência. Os governos burgueses farão de tudo para manter a lucratividade do capital especulativo, manter a salvo as instituições financeiras e descarregar sobre as costas dos trabalhadores europeus o peso da crise.

Retração da economia no terceiro trimestre

Com a previsão de não crescimento, as respostas dos governos estreitam-se. A situação de déficit público é um fenômeno que atinge não só as economias mais frágeis (Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha), mas também os países mais ricos.

O déficit do Estado francês atingiu em 2009 a cifra de 138 bilhões de euros e a previsão para 2010 é que chegue a 149 bilhões. Valores recordes que atingem 8% do PIB do país. Inglaterra e Itália também têm cifras recordes (11% e 9,3%, respectivamente, em 2009). A Alemanha, a economia mais estável do continente, atingiu 3,3% do PIB no primeiro trimestre de 2010. O que se destaca desses números é que esse aumento nos gastos do Estado é resultado da ajuda a bancos e a empresas capitalistas que sofreram o impacto da crise iniciada em fins de 2008 nos EUA.

Assim, a crise mundial alimentou o déficit e este, por sua vez, apenas reflete o desenvolvimento da economia em cada país.

Os principais países da zona do Euro decresceram em relação ao trimestre anterior. O Reino Unido passou de 1,2% para 0,8%, Alemanha de 2,3% para 0,7%, França de 0,7% para 0,4%, Itália de 0,5% para 0,2% e Espanha de 0,2% para 0%.

A crença de que havia começado a recuperação econômica e o pior da crise havia passado está sendo desfeita. A queda no crescimento da Alemanha, nesse quadro, é a mais significativa, pois era o país em melhores condições econômicas da Europa, logo, será o país que mais sofrerá com o enfraquecimento do Euro no mercado mundial.

A questão é que, enquanto aumentam os países em dificuldade, diminuem as chances de reverter a situação. Os 440 bilhões de Euros que compõem o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, criado após o início da crise, podem não ser suficientes para ajudar a todos os Estados com alto déficit público e com bancos em situação difícil, como na Irlanda. Novas medidas artificiais serão tomadas, a exemplo da elevação nas taxas de juros dos títulos públicos que atraem o capital especulativo, como tem ocorrido na Grécia. Entretanto, com o risco de insolvência dos Estados, não podendo honrar suas dívidas, os próprios especuladores são colocados em alerta e as medidas não atingem seu objetivo de atrair capital suficiente.

As medidas de austeridade e a “ajuda” internacional mostram-se insuficientes diante da perspectiva de longo prazo, apenas uma grande quebra de forças produtivas e redistribuição dos mercados poderia alavancar as economias em quebra.

Movimento de massa contra a ação dos governos

Esse quadro de instabilidade econômica e de reformas para contenção de gastos pelos Estados favorece a mobilização de amplas camadas da população. Grécia, França, Itália, Espanha têm sido palco de inúmeras manifestações, greves e paralisações que se opõem aos ajustes exigidos pelos organismos internacionais.

Como temos demonstrado, o poder de massa dessas mobilizações esbarra com as direções conciliadoras e burocráticas das Centrais sindicais. Na França e na Grécia, a luta foi traída pelas Centrais.

Em 10 de novembro, na França, foi finalmente transformada em lei a Reforma da Previdência. Os oito Centrais do país abaixaram a cabeça diante do ataque do governo de Sarkozy. Das oito, apenas uma, a Force Ouvrière, colocou-se por manter as paralisações de 24 horas; as demais, incluindo a CGT, maior Central do país, apresentaram apenas uma carta pública, lamentando a atuação do governo e proclamando que a “luta continua”. Em síntese, cruzaram os braços e voltaram para o velho discurso pelego. Mesmo a Force Ouvrière, que se colocou pela continuidade da luta, não conseguiu superar a política das paralisações esporádicas, cuja pressão mostrou-se pífia contra o governo.

Na Inglaterra, ocorreram greves em alguns setores, como do transporte, no entanto os sindicatos não buscam organizar a luta nacional.

Como se vê, a crise recoloca a luta a todo instante, não obstante a ação dessas direções traidoras. Na Grécia, a juventude tem se manifestado e, mesmo na França, os protestos não terminaram, embora tenham diminuído em força. E em Portugal, uma greve geral, organizada pela CGT, ocorreu em 24 de novembro, paralisando quase todo setor da Educação, amplos setores do Saúde e do funcionalismo e parte do setor privado.

A tese do marxismo de que os blocos econômicos são inviáveis no capitalismo mostra sua vigência na atual fase do sistema. A impotência dos Estados nacionais, mesmo dos países mais ricos, em conter a crise, demonstra a impossibilidade de longos períodos de prosperidade. Mais desemprego e pobreza são esperados.

As massas voltarão a ser protagonistas das lutas, a necessidade urgente é forjar as direções revolucionárias para defender o programa da revolução social.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Militarização do Oriente Médio

Os Estados Unidos propuseram a Israel que aumente sua capacidade militar. Ofereceram 3 bilhões de dólares em armas. Em nome da segurança do Estado sionista, serão vendidos vinte caças F-35. No mesmo momento, o governo israelense revelou que está em andamento um projeto de um escudo antimísseis. Os Estados Unidos impulsionam a iniciativa. A justificativa é de que o Estado judeu corre risco de ataque dos inimigos, principalmente do Irã.

As tentativas do governo Obama de convencer Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, a suspender os assentamentos em territórios considerados fundamentais para um acordo de paz com a Autoridade Palestina têm sido rechaçadas. A burguesia judia tem total confiança de que Obama nada pode fazer para pressioná-la a ceder. Internamente, o governo norte-americano está sob o controle das forças contrárias a fazer concessão aos palestinos.

Nos dias seguintes ao anúncio de entrega de armas a Israel, o seu parlamento aprovou uma lei que obriga o governo a submeter qualquer acordo de retirada de Jerusalém oriental e das colinas Golan ao voto de 80 parlamentares, dos 120 que compõem a Câmara. O projeto foi apresentado por Yariv Levin, do Partido Likud, ao qual pertence o primeiro ministro. A nova lei é um indicativo de que esses territórios ocupados pelos israelenses na guerra dos Seis Dias, em 1967, dificilmente serão negociáveis.

O Estado de Israel se tornou um enclave do imperialismo no Oriente Médio e para se manter necessita anexar o máximo possível de território da Cisjordânia e de Gaza. É impensável ceder o lado oriental de Jerusalém.

Não houve uma liderança tão débil e conciliadora como a de Mahmoud Abbas. No entanto, os sionistas não admitem um acordo que se pareça com um Estado palestino. Não basta que a Autoridade Palestina esteja disposta a concessões que o Hamas não admite - Israel

Conflito entre as Coreias se agrava

No dia 23 de novembro, os jornais noticiaram que o governo da Coreia do Sul tinha como plano reinstalar nas fronteiras com a Coreia do Norte um sistema de mísseis com ogivas nucleares. A iniciativa retoma posições militares da Guerra da Coreia de 1951, com as quais os Estados Unidos garantiram a divisão da Coreia no final da Segunda Guerra Mundial. A declaração do ministro da Defesa sul-coreano de que a questão será tratada com os Estados Unidos numa reunião do Comitê de Políticas de Extensão da Dissuasão trouxe de volta a intervenção militar direta do imperialismo na Coreia do Sul.

George H. Bush, em fins de 1991, retirou o aparato nuclear, como parte de sua política de reduzir a capacidade militar da ex-União Soviética. Durante trinta e três anos, o Pentágono manteve a Coreia do Sul nuclearizada. Foi o tempo suficiente para consolidar a divisão imposta pelo acordo de maio de 1948. Na década de 1970, o presidente Jimmy Carter chegou a negociar uma retirada das tropas norte-americanas, mas em meados de 1979 reviu a posição, sob o argumento de que ainda era necessária a força aérea, naval e as armas nucleares para garantirem o governo sul-coreano, ou seja, a ditadura do general Park.

O desmoronamento da União Soviética e evidência inconfundível da adaptação da burocracia chinesa ao capitalismo permitiram que Bush retomasse posições de retirada das ogivas aventadas por Carter. O que não mudou em muito a tutela dos Estados Unidos sobre a Coreia do Sul. As Forças Armadas sul-coreanas continuam a ser comandadas pelo Pentágono.

O objetivo de reinstalar as ogivas nucleares pelo governo de Obama corresponde às mudanças que ocorrem na conjuntura do capita-

sempre usará razões de segurança para que os palestinos não tenham a autodeterminação.

Por mais que se afaste temporalmente do conflito da fundação do Estado sionista, por mais que a burguesia israelense estruture a economia e por mais que se organize socialmente, as raízes históricas de Israel continuarão historicamente artificiais. Não há como se manter, a não ser à base do militarismo, de confrontos e massacres. Conta para isso com os interesses dos Estados Unidos e com o apoio geral do imperialismo.

Somente a classe operária, os camponeses, os demais trabalhadores e a juventude oprimida podem encontrar a solução para o conflito. Acabar com o poder da burguesia e expulsar o imperialismo da região constituem o ponto de partida para unir os explorados judeus e palestinos em um só país. Um único estado socialista, baseado na propriedade coletiva dos meios de produção, por fim ao sionismo e toda sorte de opressão.

Certamente, as massas judias e palestinas terão de percorrer o caminho de enfrentamento com os exploradores e o imperialismo, de forma a se emanciparem e elevarem a consciência de classe e histórica. O nacionalismo palestino não poderá cumprir essa tarefa. O programa de constituir um Estado soberano é uma reivindicação democrática que não tem como ser realizada, sem que as massas palestinas e judias se emancipem das direções burguesas e se coloquem pela conquista Estado operário.

As bandeiras de combate ao intervencionismo imperialista são fundamentais. Há que se rechaçar a posição sionista e imperialista de armar ainda mais o Estado de Israel para se obter a paz e o acordo de criação do Estado palestino. Os Estados Unidos precisam vender armas e usarão qualquer conflito entre povos para desafogar sua indústria bélica e ampliar seu intervencionismo.

lismo mundial, provocadas pela crise econômica, e ao conseqüente impulso das tendências bélicas do imperialismo.

Pois bem, no dia 23, houve a notícia do possível rearme atômico da Coreia do Sul. No dia 24, os jornais estamparam que o governo dos Estados Unidos defenderá sua "aliada" contra os ataques da Coreia do Norte. Ocorre que no anterior as duas Coreias voltaram a se confrontar. Segundo os noticiários, a Coreia do Norte lançou uma chuva de mísseis sobre a Ilha Yeonpyeong. O governo norte-coreano, por seu turno, acusou a Coreia de Sul de iniciar disparos na região. Trata-se de um espaço em litígio, o qual tem sido palco de bombardeios marítimos. No início de 2010, a Coreia do Sul acusou seus inimigos de afundar uma de suas corvetas, matando 46 marinheiros.

Os Estados Unidos pressionam a China a colaborar com o cerco econômico e militar montado pelo imperialismo para sufocar o regime de Pyongyang, que retarda a restauração capitalista. Ocorre que o fortalecimento da Coreia do Sul e a bancarrota da Coreia do Norte não têm feito senão projetar o poder do imperialismo norte-americano na Ásia.

O isolamento imposto à ditadura burocrática e dinástica de Kim Jong-il, edificada por seu pai Kim IL Sung, foi se recrudescendo a partir dos anos 90, quando emergiu o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética e na China. Os Estados Unidos aumentaram a exigência para que os governos da Rússia e da China se alinhassem em torno da estratégia do imperialismo para derrocar o regime de Pyongyang e obter a unificação das Coreias sob as condições ditadas pelas potências.

No entanto, é difícil para a burocracia do Partido Comunista Chi-

nês servir de linha auxiliar à estratégia dos Estados Unidos. As contradições econômicas e sociais da China restauracionista são enormes e se avolumam com a crise mundial. É nesse quadro que a questão nuclear vem se tornando cada vez mais um motivo encontrado por Washington para militarizar a região e incentivar o confronto entre as duas Coreias.

O proletariado sul-coreano constitui uma força essencial para evitar a guerra entre as Coreias. É preciso libertar-se da tutela dos Estados Unidos, para romper com as tendências bélicas. É falsa a premissa de que a “ditadura comunista” de Kim Jong-IL, prestes a ser assumida por seu filho Kim Jong-um, é a causa do avanço da escalada militar e o perigoso agente da instabilidade na região.

Os Estados Unidos vitoriosos na Segunda Guerra provocaram a divisão da Coreia, auxiliado pela União Soviética sob o comando de Josef Stálin. A seguir, a Guerra da Coreia aprofundou a divisão e a potenciou a intervenção do imperialismo norte-americano, à custa de 5 milhões de mortes, dentre as quais, 2 milhões de civis. O estalinismo se encarregou de contribuir com a partilha e com a edificação da ditadura burocrática de Kim IL Sung. A China revolucionária resistiu ao lado da Coreia do Norte combatendo o avanço dos Estados Unidos. No entanto, o triunfo do nacional-burocratismo no seio da República Popular da China impossibilitou que se continuasse o processo revolucionário de destruição do capitalismo na Ásia.

A divisão da Coreia foi decisiva para conter a revolução social e para isolar a União Soviética e a China, que vieram a se antago-

nizar ainda na década de 50, após a morte de Stálin. Está aí por que a sangrenta guerra que dividiu as massas coreanas continua latente no presente. O imperialismo norte-americano tomou o lugar do imperialismo japonês que, por muito tempo, exerceu a hegemonia da opressão colonialista sobre os coreanos.

A estruturação do capitalismo na Coreia do Sul no pós-guerra ganhou projeção nas últimas décadas com a penetração das multinacionais e com os incentivos a grandes grupos exportadores. Mas a crise do final dos anos 90 revelou o quanto a Coreia do Sul está assentada em profundas contradições, entre elas a da vasta especulação financeira. Certamente, a classe operária sul-coreana se desenvolveu e vem recebendo duramente os impactos da crise. É o que indicam as reformas trabalhistas que destruíram importantes conquistas sociais.

A Coreia do Norte sobrevive em uma economia isolada e atrasada, sem poder impulsionar as forças produtivas no seio da propriedade estatizada dos meios de produção. O imperialismo necessita restaurar o capitalismo para desafogar a Coreia do Sul de suas contradições. O que resultaria em fôlego para os Estados Unidos, acossados pela crise de superprodução. Se a classe operária não tomar a iniciativa de resistir à ofensiva norte-americana, travando a luta antiimperialista e anticapitalista, é inevitável o crescimento das tendências bélicas e do aumento dos conflitos militares na região. O ponto de partida da política proletária é a de combater o domínio imperialista sobre a Coreia do Sul.

Bolívia - Mudanças no processo político

Governo e explorados se distanciam cada vez mais

A Lei de Pensões e a questão salarial são os catalisadores que mexem com as massas nas ruas. O governo pretende reverter o mal-estar social com campanhas milionárias e shows. A burocracia sindical não é mais um instrumento capaz de arrastar atrás de si os explorados através dos pactos intersindicais e no calor das mobilizações surgem novas lideranças das bases.

O processo em torno da luta pela lei de pensão não termina com a aprovação do projeto do governo na Assembléia Legislativa Plurinacional, pelo contrário, se aprofunda com a incorporação de outro grave elemento que afeta toda a população: o aumento exorbitante dos preços dos gêneros de primeira necessidade, que se traduz em maior miséria. Tanto pela queda do poder aquisitivo dos salários, quanto pelo empobrecimento dos já míseros rendimentos dos setores não ativo (que é grande), etc. Estes dois problemas, que por sua natureza têm a mesma raiz: salário-atual e salários diferenciados (rendas) miseráveis; tornam-se catalisadores e começam a empurrar os explorados para as ruas, mas com projeções muito mais explosivas, pois incorporam setores distintos como artesãos, pequenos comerciantes, camponeses que disputam os mercados locais, etc, que também estão morrendo de fome. Como sempre ocorre nesses processos de rápida explosão, surgem novos setores que exigem reivindicações para suas legítimas necessidades imediatas que surgem, estas são, por exemplo, os aposentados que pedem a redistribuição de suas rendas nas novas aposentadorias, as regiões que reivindicam suas necessidades não atendidas, etc.

Todo este quadro extremamente complexo, diferente do passado onde os conflitos se mantinham isolados uns dos outros, agora confluem numa mesma torrente incontrolável, que são as manifestações contra um governo que não consegue atender às exigências dos explorados. Ensaia remédios desesperados como a da importação de açúcar do Brasil e outras da mesma natureza que, de forma alguma, resolve o problema da crise que começa a atingir dramaticamente os bolivianos.

Como de costume, face à incapacidade de atender eficazmente os

diversos setores, o governo conta com dois recursos já desgastados: uma campanha milionária para justificar o seu projeto anti-operário e pró-patronal de Lei de Pensões. O eixo de sua campanha é demonstrar que esta é uma das leis mais consensuais. Utiliza a burocracia corrupta e servil para justificar seu argumento, intensifica seus ataques contra a nova direção que emerge da base e é reforçada pelas grandes mobilizações, cujos líderes visíveis são identificados como trotskistas. Por outro lado, usa as desgastadas propagandas na mídia como no confronto com a Igreja, no uso cínico dos tribunais de justiça contra os governadores da oposição de direita, na manobra da chegada do Secretário Geral da OEA, José Miguel Insulsa, para prestar apoio incondicional ao governo, etc

Sem dúvida, esses recursos na mídia já não têm os resultados esperados, e, ao contrário, aumentam a tensão social, pois os explorados percebem que o governo em vez de desperdiçar o dinheiro em publicidade, deveria usá-lo para aliviar a fome do povo. Quando esses recursos da mídia, que funcionavam até a véspera, se esgotam significa que se está produzindo um salto na consciência das pessoas que impulsionam o processo de emancipação política dos explorados do controle do governo. Por outro lado, a burocracia sindical cingidamente servil, se torna um instrumento inútil para as manobras do oficialismo. As Plenárias e reuniões nacionais já não representam ninguém e suas resoluções são imediatamente repudiadas pelos explorados. Frente à ira das massas, governo e burocracia que se sentem acuados, sem poder iniciar suas manobras que, até a véspera, podiam conter a mobilização dos manifestantes.

Nesta fase do desenvolvimento do processo político urge consolidar as direções que surgem das bases e generalizar as mobilizações cada vez mais radicais, envolvendo os explorados de todos os setores por uma pauta de reivindicações que expresse as necessidades básicas de todos os setores. Só desta forma poderemos frear a imposição de leis reacionárias anti-operárias que este governo pretende implementar para proteger os interesses da classe dominante nativa e das multinacionais.

(Extraído do Masas boliviano nº 2197 de 26/11/2010)

Bolívia

Governantes reacionários e dirigentes krumiros atacam o POR

O Partido Obrero Revolucionario, aplicando estritamente o seu programa para o problema da previdência social, deu a resposta operária contra a abordagem pró-capitalista e anti-operária do projeto governamental da Lei de Pensões. As condições políticas permitiram que rapidamente essa resposta encarnasse em amplos setores do movimento operário, consolidando um firme pacto com um setor combativo da classe média, como os professores, e que resulte em grandes mobilizações unitárias nas principais cidades do país. Tudo isso aconteceu enquanto o governo, apoiado pela burocracia sindical servil, procurava demonstrar que a nova lei que será aprovada na Assembleia Legislativa Plurinacional é legítima e produto de um amplo consenso entre governo e trabalhadores.

A força da bandeira operária sobre a previdência social tem permitido que no debate se torne clara a natureza anti-operária do projeto de lei e, portanto, a natureza reacionária do governo, apesar de sua pose “anti-capitalista e anti-imperialista”. Isto é o que os governantes reacionários e os seus agentes incrustados nas direções sindicais não podem perdoar.

Na ocasião da entrega do projeto, supostamente consensual ao Parlamento, Evo Morales dedicou vários minutos de seu discurso ao POR.

Na sua usual linguagem complicada insinuou que os trotskistas são opositores ao projeto, mas não propõem nada. Afirmção despropositada, porque a resposta porista é que dá conteúdo político às demonstrações massivas de rua. Por outro lado, repete a falácia de que “seu governo é o povo” e que, se se opõe ao povo, está com o Império para concluir que os trotskistas são aliados da direita e do imperialismo.

Este discurso não confunde mais ninguém, pois todos percebem que está se erguendo uma poderosa oposição revolucionária ao governo direitista do MAS.

Aqui, a luta de classes está estabelecida, de forma cada vez mais evidente, entre o governo que é a expressão política da classe dominante e a política do proletariado encarnada no programa trotskista. É natural que o governo e seus servos se refiram ao POR e não está longe o dia em que se vejam forçados a reprimir os combatentes revolucionários. Os agentes do governo já anunciaram seu desejo de expulsar das organizações sindicais os dirigentes trotskistas mais atuantes. E o governo não deve descartar a possibilidade de encher as prisões com poristas montando acusações cínicas, pois parece que García Linera, o “democrata”, tem preferência pelos métodos estalinistas.

(Extraído do Masas boliviano nº 2197, de 26/11/2010)

XI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR) – Brasil

O congresso permite ao partido avaliar a linha política, fazer o balanço organizativo, rever o programa, aprovar resoluções, realizar a crítica e autocritica frente aos erros, modificar o estatuto e eleger a sua direção (o Comitê Central e o Secretário Geral). Nem todos esses aspectos são colocados no congresso. A pauta é apresentada pelo CC três meses antes do congresso. As células podem se pronunciar internamente. As propostas devem ser veiculadas no Boletim Interno (BI). Uma vez que se discutiram as posições, cabe ao Congresso decidir sobre a pauta.

A fase pré-congresso é fundamental para que os trabalhos e as discussões sejam conhecidos e discutidos livremente pelo conjunto da militância, por meio dos seus organismos. O BI é o instrumento da preparação. Tanto as contribuições quanto as divergências devem ser tratadas com zelo no BI. O Comitê Central (CC) tem a incumbência de elaborar os documentos que traçam a linha geral ou que alterem o programa ou os estatutos. Está obrigado a publicá-los no BI dentro do prazo estipulado estatutariamente. As células poderão enviar críticas, mudanças e mesmo documentos completos no caso de divergência de fundo para o CC que as publicará, podendo responder ou não.

A fortaleza do congresso depende da boa preparação. A improvisação deforma a vida partidária e prejudica suas decisões. Um congresso é inédito em relação a outro. Sempre enfrentará novos problemas da situação econômica, política e da luta de classes. Os problemas organizativos também têm qualidades distintas, embora possam parecer semelhantes de um congresso a outro, uma vez que não seguem o mesmo ritmo das demais questões. O congresso deve prestar, no entanto, muita atenção para o desenvolvimento partidário, como funcionamento do centralismo democrático, disciplina militante, segurança, autofinanciamento, formação de quadros, trabalho

de propaganda e agitação, crescimento, penetração na classe operária e nos demais oprimidos, campanhas, elaboração coletiva etc.

Eis por que é dever de todos os organismos apresentarem um balanço de atividade, crítico e autocrítico. Não se trata de fazer uma descrição mecânica das atividades e de outros aspectos. O que importa é a avaliação política da vida partidária, de maneira que o partido constitua um todo organizado pelo programa, que se move, se transforma e se aperfeiçoa militando no seio dos explorados.

Como se pode ver, o congresso ocupa um lugar decisivo para o partido guiado pela concepção leninista, historicamente comprovada pela construção do partido bolchevique e pela revolução proletária na Rússia. Sem dúvida, não se trata de modelo fixo, mas da concepção que se expressará nas condições de cada país (experiências partidárias, desenvolvimento do proletariado, quadros em formação etc)

O POR procura se aproximar o máximo das heranças da Revolução Russa, da teoria marxista do partido aí elaborada, dos avanços em matéria de organização dos IV Primeiros Congressos da III Internacional e das formulações da Oposição de Esquerda Russa e Internacional em seu combate à burocratização do partido pelo estalinismo. Não se constrói o partido revolucionário sem a clara concepção e sem o método organizativo.

O congresso exige método organizativo e o expressa. Estatutariamente, o partido convoca ordinariamente o congresso a cada dois anos. Temos cumprido rigorosamente essa exigência. Estamos para realizar o XI Congresso e verificamos o enorme valor para a formulação do programa e constituição de uma sólida organização.

Chamamos a classe operária, a vanguarda combativa e os simpatizantes do POR a apoiarem a construção do partido marxista-leninista-trotskista.